

Seleção faz sua melhor apresentação

Brasil goleia Coreia do Sul e vai pegar a Croácia nas quartas

Em partida exemplar, canarinhos recompõem time e vencem de 4 a 1

A Seleção brasileira realizou, na tarde da segunda-feira (05), a sua melhor partida até agora na Copa do Mundo. Foram 4 gols marcados contra 1 de uma das surpresas desta disputa, a Coreia do Sul. Após uma derrota contra Camarões por 1 a 0, o

time de Tite mostrou que a pressão por um bom resultado nas oitavas foi benéfica. Os gols brasileiros foram marcados todos no primeiro tempo, um de cada atacante: Vini Jr, Neymar, Richarlison e Paquetá. A empolgante disputa marcou o retorno a campo de Neymar e Danilo. **Página 4**



O time brasileiro fez uma bela homenagem a Pelé, dedicando a vitória à saúde do maior jogador da história

HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.885 7 a 13 de Dezembro de 2022



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

PCdoB



A presença de Sérgio Rubens

“Há um ano falecia Sérgio Rubens de Araújo Torres, o Serjão, como o chamávamos. A Revolução Brasileira perdia, então, um de seus mais combativos e destacados dirigentes. O Centro Popular de Cultura da UMES perdia seu idealizador, fundador e principal construtor. O Brasil – e a Humanidade, um de seus filhos mais íntegros e generosos, uma pessoa na qual as palavras patriota, comunista e revolucionário atingiam a sua mais plena dimensão”, afirma Valério Bemfica, em artigo. **Pág. 8**

Pobreza explode com Bolsonaro e atinge 62,5 milhões de brasileiros



Número de brasileiros abaixo da linha da pobreza cresceu 22,7%, e vivendo na pobreza extrema quase 50%

Lula diz que seu governo será para o povo, “seja quem for o ministro”

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou na sexta-feira (2), em coletiva no Centro Cultural Banco do Brasil, ao ser

p perguntado sobre quem assumiria a área econômica de seu governo, que o nome que irá assumir a pasta “será exatamente o mesmo que o Brasil teve o maior

registrado ao longo de seus mandatos. “Eu já governei esse país duas vezes, e foi exatamente no meu mandato que o Brasil teve o maior

crescimento que esse país já teve em 30 anos. As pessoas esquecem que nós fizemos esse país virar a sexta economia mundial”, disse. **Pág. 3**

Sob o governo Bolsonaro a pobreza e a extrema pobreza batem recorde no país. De acordo com dados do IBGE, divulgados na sexta-feira (2), no ano passado o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou 22,7% na comparação com 2020, totalizando 62,5 milhões de pessoas. E o número de pessoas em situação de extrema pobreza cresceu quase 50%. **P. 2**

Depois de obter dados sigilosos da Embraer, a Boeing assedia os engenheiros

A empresa norte-americana Boeing está praticando assédio predatório a engenheiros brasileiros do setor aeroespacial, particularmente da Embraer, denunciam entidades do setor aeroespacial, que iniciaram uma ação civil pública contra ela. **Página 3**

Após privatização, refinaria aumenta em Manaus preço do gás de cozinha

Refinaria da Petrobrás foi entregue por Bolsonaro à Atem, que detém monopólio. **Pág. 2**

Teto ilegal de Biden a óleo russo agravará crise na UE

Economia “bombando” não passou de voo de galinha: PIB varia 0,4% no terceiro trimestre

Resultado de investimento em queda livre, inflação, juros e desemprego elevados

A economia brasileira variou 0,4% no terceiro trimestre de 2022, na comparação com o trimestre anterior, deixando à mostra que a retomada econômica propalada pelo governo Bolsonaro não passa de um voo de galinha. Os dados sobre o resultado do terceiro trimestre de 2022 do Produto Interno Bruto (PIB) foram divulgados nesta quinta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB, soma dos bens e serviços finais produzidos no país, totalizou R\$ 2,544 trilhões em valores correntes de julho a setembro.

As variações positivas da economia brasileira vistos nos dois primeiros trimestres deste ano, de 1,3% e 1,0%, respectivamente, estavam ancorados na normalização das atividades econômicas afetadas pelas medidas de contenção da pandemia da Covid-19. Com o esgotamento dessas medidas, o efeito maléfico dos juros elevados, os mais altos do mundo, pesando sobre o setor produtivo, travando os investimentos, inibindo o crédito e o consumo das famílias, levou a economia brasileira a retomar a trajetória da recessão.

O pacote pró-releição de Bolsonaro injetado na economia (liberação de saques do FGTS, antecipação do 13º dos beneficiários do INSS e servidores, a turbinagem no valor do Auxílio Brasil, que passou de R\$ 400 para R\$ 600 até o final deste ano, o auxílio temporário para taxistas e caminhoneiros, cortes de impostos, entre outras medidas desarranjadas, foram insuficientes para evitar a desaceleração da economia brasileira.

De acordo com IBGE, o setor de Serviços avançou 1,1%, a Indústria cresceu 0,8%, a Agropecuária recuou 0,9%, nas comparações do terceiro trimestre contra o segundo trimestre deste ano. Neste mesmo intervalo, a Despesa de Consumo das Famílias variou +1,0% e a Despesa de Consumo do Governo +1,3%. Já a Formação Bruta de Capital Fixo, que mede o que investe o país em bens de capital, máquinas, equipamentos e material de construção e outros, teve alta de 2,8% em relação ao trimestre anterior.

O Banco Central (BC) elevou a taxa de juros (Selic), que passou de 2% em março do ano passado para 13,75% em agosto, a pretexto de conter a inflação, que no Brasil não ocorre por excesso de demanda, mas decorre do aumento dos preços internos de energia e de algumas commodities produzidas no país que são atrelados ao dólar e aos preços no mercado internacional. Nesse caso, a elevação dos juros nada poderia fazer para derrubar a inflação.

A redução na inflação que foi vista nos meses de julho a setembro foi resultado da redução artificial nos preços dos combustíveis por meio de cortes de impostos federais e do ICMS, além da queda dos preços do petróleo nas bolsas internacionais. Mesmo assim, a deflação só atingiu as classes sociais com maior poder aquisitivo, enquanto os mais pobres sofreram todo o peso da carestia dos alimentos, que acumula em 12 meses até outubro uma alta de 11,21%.

Em outubro, “a deflação fake” de Bolsonaro se desmascarou com alta de 0,59% no mês e, em novembro, a inflação deve continuar avançando, como apontou a prévia da inflação oficial (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), divulgado pelo IBGE, que subiu 0,53%, puxado pelos preços dos alimentos e dos combustíveis.

Com o Brasil no topo do ranking mundial de juros reais e a inflação elevada, as expectativas para o quarto trimestre são de crescimento nulo (zero). Os brasileiros chegaram ao final deste ano mais endividados, com os salários arroxados. Dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostram que o número de famílias endividadadas atingiu 79,2% do total de lares no país em outubro. A proporção de famílias inadimplentes chegou a 30,3%, o maior nível desde o início da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da CNC, iniciada em janeiro de 2010. No país, 6,3 milhões de empresas, na maioria micro e pequenas empresas, estão inadimplentes, segundo Serasa Experian.

Com o esmagamento sobre a renda, o crédito que era habitualmente usado para obter bens de consumo, se tornou uma válvula de escape para os trabalhadores cobrir as compras de supermercado. Esse movimento foi sentido nas Black Friday de 2022, por exemplo, em que pesquisas preliminares indicaram retração inédita nas vendas, com volumes 20% menores, em relação às promoções do ano anterior. No Natal, a situação não deve ser diferente.

Não é à toa que o Comércio ficou negativo em -0,1% no terceiro trimestre. “Esse é um cenário que já vínhamos observando na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE. O resultado reflete a realocação do consumo das famílias dos bens para os serviços”, diz a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/economia-bombando-de-bolsonaro-nao-passou-de-voo-de-galinha-pib-varia-04-no-3o-trimestre/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo - SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Sob Bolsonaro, pobreza é recorde no país: 62 milhões de brasileiros



Na miséria estão 46,2% das crianças menores de 14 anos de idade

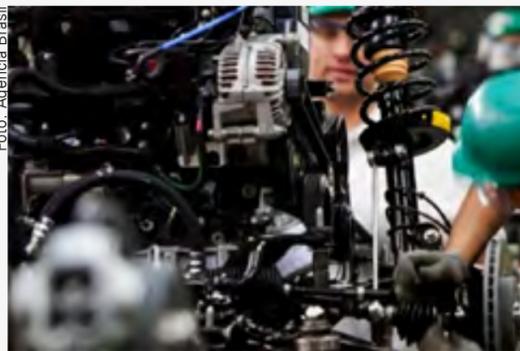
“Indústria de transformação parou”, alerta Iedi sobre o PIB industrial no 3º trimestre

“A indústria total foi quem mais perdeu fôlego, registrando +0,8% no terceiro trimestre de 2022, isto é, metade do que havia crescido no trimestre anterior”

A participação da indústria de transformação no PIB (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre do ano foi bastante impactada pela elevação das taxas de juros no país, amplamente prejudicada pela política econômica de investimento zero e da situação econômica agravada pela inflação e queda nos investimentos.

“O PIB da indústria de transformação ficou estagnado no terceiro trimestre deste ano (+0,1%), influenciando a desaceleração da indústria total (+0,8%), em comparação com o resultado do segundo trimestre (+1,7%)”, destacou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). “Como esperado, o dinamismo do PIB no 3º trim/22 perdeu ritmo, a despeito das medidas anticíclicas adotadas pelo governo, como a liberação do FGTS e o aumento do Auxílio Brasil, por exemplo. A variação de +0,4%, já descontados os efeitos sazonais, foi menos da metade do resultado do 2º trim/22 e quase 1/3 da alta do 1º trim/22. Contribuíram para isso, entre outros fatores, os efeitos diferidos da elevação das taxas de juros no país. Como é produtora de muitos bens duráveis, cujos mercados demandam financiamento, a indústria de transformação foi bastante impactada”.

Para o Instituto, tomando por medida o desempenho do setor produtivo, 2022 é um ano de perdas. Em análise ao resultado do PIB no terceiro trimestre, que variou apenas 0,4%, o instituto ressalta que a indústria de transformação ficou praticamente parada, en-



Instituto destaca os efeitos desastrosos da elevação das taxas de juros na economia

quanto o setor geral só avançou 0,8% por conta da atividade da construção. Do lado da oferta, foi o componente que teve o pior desempenho.

“A indústria total foi quem mais perdeu fôlego, registrando +0,8% no 3º trim/22, isto é, metade do que havia crescido no trimestre anterior, como mostram as variações com ajuste sazonal a seguir. Muito deste crescimento coube à construção (+1,1%), enquanto a indústria de transformação parou (+0,1%) após dois resultados favoráveis. A indústria extrativa, com evolução mais volátil em 2022, também não avançou (-0,1%)”, assinala o Iedi.

Como na variação trimestral, foi a construção (+6,6%) e ao ramo de eletricidade, gás e saneamento (+11,2%) que trouxeram também os melhores resultados na comparação interanual. A indústria de transformação (+1,7%) cresceu metade do resultado do PIB total e o ramo extrativo ficou novamente no negativo (-2,6%), devido à extração de minério de ferro.

“Na comparação com o

mesmo período do ano passado, bases de comparação fracas ajudam a obtenção de taxas de crescimento mais robustas em alguns setores, inclusive na indústria. Mesmo assim, o PIB industrial foi o que menos cresceu, ficando bem abaixo do resultado do PIB como um todo: +2,8% ante +3,6% frente ao 3º trim/21, respectivamente. O PIB dos serviços avançou +4,5% ante o 3º trim/21”, completa o Iedi.

Olhando para o acumulado do ano de 2022, a indústria como um todo, “ainda que no azul, ficou muito além deste patamar de dinamismo”, ao registrar +1,3%. Tomada apenas a indústria de transformação, por ora, 2022 é um ano de perda, acumulando -0,8% até o 3º trim/22. O mesmo vale para a agropecuária, em retração de -1,5%”, avalia o instituto.

Entre 2020 e 2021, o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou 22,7% e o número de pessoas em situação de extrema pobreza cresceu quase 50%

Sob o governo Bolsonaro a pobreza e a extrema pobreza batem recorde no país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e divulgados nesta sexta-feira (2), no ano passado o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou 22,7% na comparação com 2020, ou 11,6 milhões de brasileiros a mais em condição de pobreza, totalizando 62,5 milhões de pessoas. O número de pessoas em situação de extrema pobreza aumentou 48,2% no mesmo período, ou 5,8 milhões a mais de miseráveis, somando 17,9 milhões de pessoas.

Isto significa que, em 2021, praticamente 29,4% da população do Brasil estava pobre e outros 8,4% estavam extremamente pobres. Foram os maiores números e os maiores percentuais de ambos os grupos, desde o início da série, em 2012.

RENDA PER CAPITA DE R\$ 168

O IBGE considera as linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial, que adota como requisito os rendimentos per capita de US\$ 5,50, equivalentes a R\$ 486 mensais per capita. Já a linha de extrema pobreza é de US\$ 1,90, ou R\$ 168 mensais per capita.

Os dados retratam a desastrosa ação do governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, que atuou com cortes de investimentos públicos e redução nos valores e no número de contemplados no Auxílio Emergencial, em prol do cumprimento da regra do teto de gastos – isto é: para garantir o religioso pagamento de juros a bancos.

Em plena pandemia, os preços dos alimentos dispararam com aval do governo, os salários foram arroxados e o desemprego e o trabalho precário bateram

recordes, agravando a situação de miséria no país. Faltou o arroz com feijão na mesa do brasileiro. E o Brasil viu explodir a fome que levou famílias a enfrentarem filas por “ossinhos” e a “garimparem” restos de comida em carcaças de supermercados.

Em 2021, o rendimento domiciliar per capita caiu para R\$ 1.353, o menor nível desde 2012. O Índice de Gini, que mede a desigualdade, voltou a crescer e chegou a 0,544, segundo maior patamar da série. O indicador varia de 0 a 1 e, quanto mais perto de 1, maior a desigualdade.

“Considerando o início da série, em 2012, essa taxa reduziu até 2015 e cresceu até 2018. Dado os efeitos da distribuição dos programas emergenciais de transferência de renda por conta da pandemia da Covid-19, o índice havia caído em 2020”, observou o IBGE. Apesar do negacionismo de Bolsonaro, que além da sabotagem à vacinação, boicotou iniciativas para amenizar as consequências da crise sanitária sobre a economia, reduziu o auxílio emergencial pela metade, dificultou o crédito às micro e pequenas empresas e, em março de 2021, deu início à escalada de juros.

Na miséria estão 46,2% das crianças menores de 14 anos de idade, o maior percentual da série, iniciada em 2012, um aumento de 17 milhões para 20,3 milhões. Já a proporção de pretos e pardos abaixo da linha de pobreza chegou a 37,7%, o dobro da proporção de brancos (18,6%).

No recorte regional, as regiões Nordeste (48,7%) e Norte (44,9%) tinham as maiores proporções de pessoas pobres na sua população. No Sudeste e no Centro-Oeste, 20,6%, ou um em cada cinco habitantes estavam abaixo da linha de pobreza. O menor percentual foi registrado no Sul, com 14,2%.

Um dia após privatização, Refinaria de Manaus sobe preço do gás de cozinha

Logo após a entrega da Refinaria Isaac Sabbá (Reman), em Manaus, por Bolsonaro ao grupo privado Atem, o resultado foi o aumento imediato no preço do gás de cozinha vendido pela unidade, que produz 10% do produto que abastece o Norte do país. A partir de 1º de dezembro o GLP (Gás Liquefeito de Petróleo, conhecido como gás de cozinha) teve aumento de 93 centavos por quilo. E o preço pode subir ainda mais em 2023, admitiu a Atem.

Na semana anterior, a equipe de transição do presidente eleito Lula defendeu junto ao atual governo, em reunião com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, que o processo de venda da refinaria e de demais ativos da Petrobrás fossem interrompidos.

Bolsonaro, em fim de governo, ao contrário, acelerou o processo de privatização da Reman. Em comunicado, a direção da Petrobrás alegou que “a operação está alinhada à estratégia de gestão de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando à maximização de valor e maior retorno à sociedade”.

No entanto, o consumidor da região Norte já está pagando mais caro pelo gás de cozinha. O aumento de R\$ 0,93 por quilo de gás foi anunciado na quinta (19). Com o reajuste, um botijão de 13 kg tende a custar pelo menos R\$ 12,00 a mais. A conta não considerava impostos que incidem sobre o custo do gás.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), um botijão de gás custa, em média, R\$

112,00 no Amazonas. Considerando esse valor, o botijão envasado pela Reman tende a ficar 10% mais caro. Em Boa Vista (Roraima), alguns revendedores já subiram os preços, que chegam a R\$ 135 o botijão de 13 quilos.

Segundo a Petrobrás, a venda foi concluída com o pagamento de US\$ 257,2 milhões para a estatal. A companhia recebeu US\$ 228,8 milhões – montante que se soma aos US\$ 28,4 milhões pagos na assinatura do contrato.

A refinaria tem capacidade de processamento de 46 mil barris por dia e a venda também inclui um terminal aquaviário.

A Reman é a única grande refinaria da região. Por isso, segundo o economista Eric Gil Dantas, do Observatório Social do Petróleo (OSP), sua venda dá à Atem o monopólio regional de fornecimento de combustível e, com isso, o controle sobre preços.

Algo parecido já ocorreu após a privatização da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, no final do ano passado. Após a venda da Rlam pela Petrobras, a Bahia passou a ter um dos combustíveis mais caros do país.

“A venda da Reman e seus ativos logísticos foi concluída no apagar das luzes, a 30 dias da posse do novo governo, criando mais um monopólio regional privado contra o cidadão brasileiro. A refinaria foi vendida a preço de banana por uma administração especialista em liquidação do patrimônio público”, denunciou o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar.



Reman da Petrobrás foi privatizada por Bolsonaro



Com Gleisi Hoffmann durante entrevista
Lula afirma que seu governo será para o povo, “seja quem for o ministro da Economia”

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta sexta-feira (2), em coletiva no Centro Cultural Banco do Brasil, ao ser perguntado sobre quem assumiria a área econômica de seu governo, que o nome que irá assumir a pasta “será alguém com a cara do sucesso” registrado ao longo de seus mandatos.

“Eu já governei esse país duas vezes, e foi exatamente no meu mandato que o Brasil teve o maior crescimento que esse país já teve em 30 anos. As pessoas esquecem que nós fizemos esse país virar a sexta economia mundial. As pessoas se esquecem que nós fizemos um acúmulo de reservas de US\$ 370 bilhões”, disse Lula.

Ele lembrou que teve superávit em todo o período de governo e que reduziu a dívida pública interna de 60,5% do PIB para 37%. “Nós tínhamos 12% de desemprego e criamos 22 milhões de empregos, o salário mínimo não recebia aumento real e nós aumentamos em 74%, destacou o presidente.

Ele disse também que “há um século e meio se tentava fazer a transposição do Rio São Francisco e nós a fizemos”. “Ou seja”, prosseguiu Lula, “o meu ministro da Economia será essa cara do sucesso do meu primeiro mandato”, afirmou.

“Obviamente, que o ministério tem autonomia, tem um monte de coisa, mas quem ganhou as eleições fui eu, e eu, obviamente, quero ter inserção nas decisões políticas e econômicas desse país”, completou.

“Obviamente, que eu não entendo tanto de economia, o que eu aprendi foi no mundo sindical, foi aqui na Presidência. Eu sei o que é bom e o que é ruim, sei o que é bom para o povo, sei o que é bom para o mercado”, afirmou. Lula afirmou que vai retomar a política de valorização do salário mínimo. “Vamos aumentar o salário junto com o crescimento do país. Não há vantagem nenhuma no PIB crescer 10% e a população não se beneficiar disso”, disse o novo presidente.

“As pessoas têm que saber que eu ganhei as eleições para governar para o povo mais humilde, essa é a minha missão”, ressaltou Lula. O presidente eleito disse, ainda, que a base ministerial do seu terceiro mandato será semelhante ao montado por ele durante seu segundo mandato à frente do Executivo Federal, acrescida da pasta dos Povos Originários.

Perguntado sobre as negociações em torno da PEC da Transição, Lula afirmou que “a PEC da Transição não é do Lula. Ela é uma proposta de todo o país”. “Estamos corrigindo os erros cometidos pelo atual governo que não previu os gastos para o ano que vem”, acrescentou o presidente eleito.

“A base dos meus ministérios será a base dos ministérios que eu tinha no meu segundo mandato, com uma coisa acrescida, que é o Ministério dos Povos Originários, que eu não sei se vai ser de cara um ministério ou uma secretaria especial ligada à Presidência da República. Nós ainda vamos discutir. Vamos ter Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Desenvolvimento, da Pesca, da Mulher, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos. Tudo que a gente tinha e mais o Ministério dos Povos Originários”, assegurou.

Boeing faz assédio predatório aos engenheiros da Embraer



Aeronave de carga KC-390, fabricado pela empresa brasileira Embraer
Governo da ignorância deixa alunos da rede pública sem parte dos livros didáticos em 23

O governo de Jair Bolsonaro atrasou a compra de livros didáticos para alunos de 1ª a 5ª série e não adquiriu obras literárias para o Ensino Médio em 2023 que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), prejudicando os alunos.

Os livros literários e os livros de reforço já deveriam ter sido comprados para chegar às salas de aula para o ano que vem, mas, com o atraso do Ministério da Educação, só deverão ser usados em 2024.

O atraso é referente ao bloqueio de quase R\$ 800 milhões feito pelo governo Bolsonaro no PNLD. Com atraso, foram comprados apenas

os livros didáticos regulares, que o Ministério chamou de “imprescindíveis”. Já outros três itens do PNLD não foram comprados até agora.

Além de atrapalhar o aprendizado, a decisão do Ministério da Educação empurra para o ano que vem a necessidade da compra. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação e responsável pela aquisição dos livros do PNLD, informou que os materiais não foram comprados por uma “decisão política” vinda da Educação.

“O FNDE depende de decisões políticas oriundas do MEC e de

orçamento para executar os demais objetos”, informou.

O gabinete de transição do governo Lula vai propor mais verba para o PNLD com o objetivo de garantir os materiais necessários para o aprendizado dos alunos. O grupo também vai pedir a recomposição do orçamento das universidades e institutos federais.

Para o ex-ministro da Educação, Rossielei Soares, ouvido pelo Estadão, a decisão do governo Bolsonaro de não cumprir o PNLD gera “risco de perda de aprendizagem pela falta de parte do material. O ideal é sempre comprar as obras completas”.

Esse governo deixou o saneamento básico em “completo estado de abandono”, diz Transição

O gabinete de transição de Lula afirmou que os programas de saneamento básico estão em “completo estado de abandono”, enquanto o Orçamento para 2023 destina apenas 2% do necessário para completar obras de habitação.

Os apontamentos foram feitos pelo Grupo de Trabalho das Cidades, que conta com a contribuição do ex-governador de São Paulo, Márcio França (PSB), do prefeito do Recife, João Campos (PSB), do deputado Guilherme Boulos (PSol), entre outros nomes.

O relatório afirma que o investimento público em saneamento básico foi o menor em anos, sendo apenas R\$ 14,19 milhões. O Grupo também aponta que o marco regulatório do saneamento, aprovado em 2020, não trouxe “qualquer impacto positivo no aumento da cobertura”.

Em relação às obras para habitação de interesse social, o Orçamento produzido pelo governo Bolsonaro não garante recursos para chegar sequer a março. Com os R\$ 34,2 milhões, as obras que já existem serão paralisadas em fevereiro, apurou o GT.

O documento produzido pela transição calcula que seria necessário um investimento de R\$ 1,6 bilhão somente para manter as obras já existentes, “sem contratar nenhuma nova unidade habitacional para a população de mais baixa renda em 2023”.

Os R\$ 34,2 milhões representam aproximadamente 2% do que é necessário.

O Orçamento de Bolsonaro cortou 95% da verba para o setor de mitigação de desastres naturais. Jair quer destinar apenas R\$ 2,7 milhões, menor valor desde 2012.

A transição foi mais

longo: o governo Bolsonaro destinou somente R\$ 25 mil para a realização de obras e serviços de engenharia. “Uma medida clara da importância que esse governo concede”, disse o GT.

O PSB sugeriu o ex-governador de São Paulo e ex-prefeito de São Vicente, Márcio França, para o Ministério das Cidades do governo Lula. França foi vice-governador de Geraldo Alckmin, vice-presidente eleito.

Ele assumiu o cargo entre 2018 a 2019, quando Alckmin se candidatou a presidente.

“Caso seja recriado, a intenção é que o Ministério das Cidades cumpra o importante papel de articulação com Governos e Municípios, executando as intervenções necessárias, principalmente nas áreas de Habitação, Saneamento e Mobilidade”, disse França em suas redes sociais.

Bolsonaro promoveu uma verdadeira farrá com recursos do Fundeb, aponta relatório do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU), em conjunto com os tribunais de contas estaduais, encontrou quase 30 mil indícios de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em 2020 e 2021. O Fundeb é o principal meio de financiamento da educação básica no Brasil. É um fundo que ajuda a manter as escolas funcionando e ajuda a pagar, por exemplo, o salário de professores.

O fundo funciona como uma espécie de “pote de dinheiro” destinado exclusivamente às escolas públicas de educação básica (creches, pré-escola, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adul-

tos). Os recursos vêm de impostos e tributos que, por lei, devem ser aplicados no desenvolvimento do ensino, como ICMS, IPVA e IPI.

O Ministério da Educação foi palco de um dos maiores escândalos de corrupção ocorridos no governo Bolsonaro. Até mesmo a prisão do ministro, Milton Ribeiro, ocorreu após a revelação do esquema de propina dentro do órgão. Pastores ligados ao Planalto e sem nenhum vínculo legal com a pasta exigiam propina de professores para a liberação de verbas para suas prefeituras.

A identificação das irregularidades foi possível devido ao uso de uma ferramenta chamada Sinape (Sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação), criada pelo TCU em con-

junto com tribunais de contas estaduais. Com essa ferramenta, os tribunais conseguem cruzar e analisar informações de diversos bancos de dados para identificar os indícios de irregularidades.

Segundo os dados reunidos pelo TCU:

Foram identificados 3.315 servidores falecidos recebendo remuneração com recursos do Fundeb. Professores sem formação específica em 18.869 escolas. Em 3.768 entes federados com titularidade indevida da Conta Única e Específica vinculada ao Fundeb e em outros 3.218 não havia contas únicas para receberem os recursos do Fundeb. Essas contas obtiveram créditos de diferentes origens, impossibilitando, na prática, saber se o dinheiro foi aplicado corretamente.

Após obter dados sigilosos da empresa. Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABINDE) e Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB) iniciaram uma ação civil pública contra a Boeing, acusando a empresa norte-americana de ameaçar a soberania nacional

A empresa norte-americana Boeing está praticando um assédio predatório aos engenheiros brasileiros do setor aeroespacial, particularmente da Embraer, denunciaram entidades do setor aeroespacial brasileiro, segundo revelou reportagem publicada pelo site de notícias Sputnik neste domingo (4).

Nesta semana, a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABINDE) e a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB) iniciaram uma ação civil pública contra a Boeing, acusando a empresa norte-americana de ameaçar a soberania nacional ao promover contratação massiva de engenheiros aeronáuticos brasileiros. O processo corre na 3ª Vara Federal de São José dos Campos, no estado de São Paulo.

A legalidade deste comportamento predatório da empresa norte-americana está sendo questionado por essas entidades, levando-se em considerarmos que ela teve acesso a informações sensíveis da Embraer durante o processo frustrado de negociação para a aquisição da empresa brasileira entre 2018 e 2020. A alienação da Embraer foi interrompida antes de consumada.

“A Boeing teve acesso a um volume de informações extremamente alto sobre a Embraer”, disse o Dr. Oswaldo B. Loureda, fundador da Aerospaço e professor de engenharia aeroespacial da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). “Um volume de informações que, em uma situação natural, nunca seriam dados para uma empresa concorrente”, observou o especialista ao Sputnik.

Segundo ele, a Embraer saiu prejudicada do processo de negociação com a Boeing, uma vez que “praticamente reestruturou a empresa”, investiu capital e tempo para concretizar o negócio. Alguns dias antes de fechar o acordo e pagar os US\$ 4,2 bilhões (cerca de R\$ 21 bilhões) acordados à Embraer, a Boeing se retirou da mesa de negociações.

Loureda destacou que a mão de obra brasileira “trará uma economia considerável na folha de pagamentos” da Boeing. “Nesse sentido, os pesquisadores, profissionais da área aeroespacial no Brasil têm uma formação muito boa. Tão boa ou até melhor do que a americana e [...] são relativamente baratos para uma empresa como a Boeing”, disse Loureda.

Segundo ele, existem problemas de recrutamento interno, uma vez que “o mercado brasileiro atualmente está desaquecido”. “Isso mostra que o setor aeroespacial no Brasil precisa de mais apoio, precisa de uma gestão governamental mais es-

tratégica”, considerou Loureda. “O setor hoje está abandonado no Brasil, tem pouco cuidado, o governo não tem uma visão estratégica.”

O especialista nota que o setor aeroespacial é “altamente dependente de pesquisa, desenvolvimento e inovação”, sendo necessária uma coordenação de interesses entre governo, academia, indústria e sociedade. Balistiero acredita que o próximo governo poderá reverter o processo de “assédio de empresas estrangeiras aqui no Brasil” e retirar da mesa o debate sobre desnacionalização de empresas estratégicas. Durante o governo Bolsonaro, a Embraer quase foi vendida para a Boeing. Só não se consumou a venda porque a Boeing entrou e crise financeira e desistiu da compra.

A Boeing há muito tempo não consegue montar uma equipe de engenharia com nível de qualidade desejada para o setor. “Aparentemente os jovens americanos têm tido interesse cada vez menor pela engenharia e optado pela área de gestão e mercados financeiros. É uma tendência e uma preocupação para os americanos”, relatou Loureda. Neste ano, a Boeing ainda fechou o seu escritório na Rússia, gerando dificuldades ainda maiores para recrutar profissionais.

A empresa americana vem passando por uma crise no setor de engenharia e, inclusive, apresentou problemas graves na fabricação de aeronaves, como por exemplo o 737-300. Ela montou um escritório em São José dos Campos, onde fica a sede da Embraer, e está cooptando engenheiros brasileiros oferecendo salários superiores aos de suas contrapartes.

A Boeing já contratou 200 engenheiros aeroespaciais sêniores de empresas nacionais do setor, em especial da Embraer.

“Há um questionamento muito forte por parte de algumas entidades sobre essas contratações predatórias, uma vez que vemos um desvio ético significativo por parte da Boeing ao assediar, literalmente, esses engenheiros brasileiros”, disse o economista e coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia, Ricardo Balistiero, na reportagem do Sputnik.

“O interesse da Boeing é ter acesso a uma mão de obra altamente qualificada, numa condição de mercado que ela tem muito favorecida, que é fazer os pagamentos em dólar num momento em que o dólar está muito valorizado em relação ao real”, explicou Balistiero. “Então, mesmo pagando salários abaixo do recebido pelos engenheiros da Boeing na sua sede, ela consegue atrair engenheiros brasileiros.”

FONTE: SPUTNIK

Alckmin defende zerar filas na Saúde e pede mais verbas: “prioridade precisa ter recurso”

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), disse que o novo governo vai investir na Saúde para zerar filas de atendimento e realizar campanhas de vacinação, que ficaram atrasadas pelo negacionismo do governo Bolsonaro.

O compromisso de zerar as filas na Saúde apareceu na campanha de Lula quando ele recebeu o apoio da ex-candidata Simone Tebet (MDB), que ficou em terceiro lugar na disputa presidencial.

Geraldo Alckmin se reuniu com o Grupo de Trabalho de Saúde da transição e, em coletiva de imprensa, defendeu o aumento do orçamento para essa área. Para ele, “prioridade de sem orçamento é discurso. Prioridade precisa ter recurso”.

“Os números mostram que nós precisaríamos em torno de R\$ 20 ou R\$ 22 bilhões a mais do que o que está previsto [pelo Orçamento feito por Bolsonaro]”. “Não tem recurso para a Farmácia Popular e quem tem

doença crônica precisa tomar remédio, então você precisa suprir”, falou o futuro vice-presidente.

“Há um compromisso do presidente Lula de zerar fila que se formou na pandemia”, continuou. “A ideia é fazer um mutirão”, disse Alckmin, “para poder zerar a fila de especialidades, exames e cirurgias”.

O próximo governo também terá que se preocupar com campanhas de vacinação, tanto para Covid como para outras doenças, uma vez que Bolsonaro deixou todas atrasadas.

“Chegamos à conclusão que a atitude mais imediata que o novo governo deve tomar nos primeiros dias é imunização, é vacina. Uma grande campanha nacional”, apontou Alckmin.

De acordo com o GT de saúde, somente 12% das crianças de até 3 anos de idade foram vacinadas contra Covid-19. Todas as vacinas obrigatórias para crianças do calendário de vacinação estão atrasadas.

STF rechaça notícia-crime de Bolsonaro contra Moraes

O presidente derrotado nas urnas, Jair Bolsonaro (PL), perdeu mais uma. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria arquivar a notícia-crime ajuizada pelo chefe do Executivo contra o ministro Alexandre de Moraes, por suposto abuso de autoridade.

O julgamento ocorreu em plenário virtual. Além de Toffoli, votaram os ministros Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, André Mendonça e Rosa Weber, presidente da Corte. Moraes se declarou impedido. E Nunes Marques foi o único a discordar da maioria.

Em maio, o ministro-relator Dias Toffoli arquivou o caso. Na decisão, argumentou que “os fatos narrados na petição inicial evidentemente não constituem crime” e que “não há justa causa para o prosseguimento do feito”. Bolsonaro recorreu,

mas a maioria votou para rejeitar o recurso, confirmando a decisão.

O presidente da República acionou o STF alegando que Moraes, desde que foi designado relator do inquérito das “fake news”, em 2019, tem “atacado a democracia, desrespeitado a Constituição Federal e desprezado direitos garantidos fundamentais”.

ALEGAÇÕES

Toffoli, no entanto, rejeitou as alegações. “O Estado Democrático de Direito impõe a todos deveres e obrigações, não se mostrando consentâneo com o referido enunciado a tentativa de inversão de papéis, transformando-se o juiz em réu pelo simples fato de ser juiz”, escreveu na decisão.

No recurso, a defesa de Bolsonaro argumentava que Toffoli não deveria ter decidido monocraticamente, mas encaminhado o pedido à Procuradoria-Geral da República, órgão que caberia avaliar se era mesmo o caso de arquivamento da petição.

Brasil mostra o melhor do seu futebol e goleia a Coreia do Sul

Após partida exemplar, Seleção encara a vice-campeã Croácia nas quartas de final da Copa

A Seleção brasileira realizou, na tarde desta segunda-feira (05), a sua melhor partida até agora na Copa do Mundo. Foram 4 gols marcados contra 1 de uma das surpresas desta disputa, a Coreia do Sul.

Após uma derrota contra Camarões por 1 a 0, o time de Tite mostrou que a pressão por um bom resultado nas oitavas foi benéfica. A Seleção Canarinho ofereceu aos brasileiros uma atuação típica do nosso futebol, com um ataque empolgante que levantou a moral dos torcedores e do próprio time que goleou os adversários asiáticos.

Os gols brasileiros foram marcados todos no primeiro tempo, um de cada atacante brasileiro: Vini Jr, Neymar, Richarlison e Paquetá.

A empolgante disputa marcou o retorno a campo de Neymar e Danilo, contundidos na primeira partida da seleção brasileira contra a Sérvia. O atacante e o lateral fizeram falta nas duas outras partidas brasileiras na primeira fase. Agora, com o retorno dos craques, o Brasil apresentou o futebol digno de vencer a Copa do Catar, colocando novamente a Camisa Amarelinha entre as favoritas ao título.

OS GOLS

Desde o início do jogo, a Seleção do Brasil mostrou toda a sua força em campo. Aos 7 minutos de jogo, o ponta esquerda Vinicius Jr abriu a conta, aproveitando sobre a área após jogada de Raphinha pela direita e batendo com classe, colocado, sem chances de defesa para Kim Seung-gyu.

O segundo gol do Brasil contra a Coreia do Sul marcou o retorno de Neymar aos gramados após lesão no tornozelo direito. Ele converteu um pênalti sofrido pelo atacante Richarlison aos 13 minutos de jogo. Neymar escreveu seu nome na história do futebol brasileiro ao marcar gols em três copas diferentes.

O terceiro gol da Seleção foi do centro-avante Richarlison. Num lance de resultado, o atacante

Após Richarlison fazer o 3º gol brasileiro, aos 29 da etapa inicial, o treinador Tite “convocou” o artilheiro ao banco de reservas. Assim que o camisa 9 chegou, Tite imitou a famosa “dança do Pombo”, principal comemoração do craque.

O treinador divertiu os atletas, que morreram de rir com a irreverência do “Professor”.

Nos telões do Estádio 974, muitos torcedores filmados também riram da maluquice de Tite, que se mostrou muito feliz com a linda jogada feita pela equipe no lance.

Esse foi o 3º gol de Richarlison na Copa do Mundo, depois que o artilheiro anotou duas vezes no duelo contra a Sérvia, pela 1ª rodada da fase de grupos.

Aos 36 minutos, foi a vez do meia Paquetá brilhar em campo. Em jogada pela esquerda, Vi-

nicius Júnior escapou da zaga, colocou a bola no meio da área. Paquetá, que vinha de trás, chutou no contrapé do goleiro Kim Seunggyu.

SEGUNDO TEMPO

No 2º tempo, a seleção diminuiu o ritmo, mas ainda assim criou diversas chances, especialmente com Raphinha, um dos melhores em campo nesta partida. No entanto, ele parou nas mãos de Kim Seung-gyu em duas oportunidades.

Com o resultado praticamente garantido, a concentração brasileira baixou, e o goleiro Alisson, que não tocou na bola nos dois primeiros jogos que atuou, teve que começar a trabalhar.

Aos 31 do segundo tempo, Alisson não conseguiu defender o forte chute de Paik Seung-ho, que desviou na zaga antes de estufar as redes.

Já no final do jogo, um voleio incrível do vovô Daniel Alves voltou a animar a torcida brasileira em campo.

NEYMAR ALCANÇA MARCA HISTÓRICA

O gol de Neymar colocou o craque também em um grupo que só tinha Pelé e Ronaldo Fenômeno na história da seleção em Copas do Mundo. Com seu primeiro gol no Catar, Neymar marcou em três Copas diferentes: 2014, 2018 e agora 2022. Somente Pelé (único a balançar as redes em quatro Mundiais, em 1958, 62, 66 e 70) e Ronaldo Fenômeno (1998, 2002 e 2006) tinham feito isso antes.

Neymar chegou a sete gols em Copas do Mundo. Com a marca, ele supera um empate que tinha com Bebeto e Rivellino na lista de artilheiros históricos do Brasil em Copas. A igualdade agora é com Leônidas da Silva e Careca.

Ronaldo e Pelé são os maiores artilheiros do Brasil em Copas. O Fenômeno lidera com 15, tendo marcado quatro vezes em 1998, oito em 2002 no pentacampeonato e mais três em 2006.

Pelé, por sua vez, tem 12 tentos anotados, a maioria deles logo em sua estreia, com 17 anos, em 1958, indo às redes seis vezes. Em 1962 e 66, fez um gol em cada Copa; e em 70, marcou quatro.

HOMENAGEM A PELÉ

Ao longo do jogo, o Brasil fez bonitas homenagens ao atacante Pelem, que permanece internado em São Paulo.

Aos 10 minutos do 1º tempo, os fãs levantaram um bandeirão com a imagem do craque e a mensagem: “Pelé, get well soon!” (“Pelé, desejamos rápida recuperação”).

Depois, aos 10 do 2º tempo, a bandeira foi novamente mostrada, estimando as melhoras do Rei.

Ao encerramento do jogo, foi a vez do time brasileiro homenagear o seu melhor jogador de todos os tempos. Neymar e Danilo entenderam dentro de campo uma faixa com uma foto do craque dos mil gols e foram ovacionados pelos presentes.

Desmatamento na Amazônia aumentou 59,5% durante o governo Bolsonaro

O desgoverno de Jair Bolsonaro encerra o desastroso mandato com um aumento de 59,5% da taxa de desmatamento na Amazônia em relação aos quatro anos anteriores. É a maior alta percentual num mandato presidencial desde o início das medições por satélite, em 1988. Bolsonaro superou até mesmo o aumento registrado no primeiro governo FHC que produziu o maior desmatamento da série histórica, de 29 mil km², em 1995.

“O regime Bolsonaro foi uma máquina de destruir florestas. Pegou o país com uma taxa de 7.500 km² de desmatamento na Amazônia e o está entregando com 11.500 km². A única boa notícia do governo atual é o seu fim”, afirma Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

O governo já tinha conhecimento dos explosivos números da destruição. Os dados foram transmitidos pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em 3 de novembro, antes do início da COP27, mas preferiu escondê-lo por três semanas. E o segundo ano consecutivo em que o ministro do Meio Ambiente vai à conferência do clima com os dados e deixa para divulgá-los depois.

Nesta quarta-feira (30/11), o Inpe divulgou a estimativa para o ano de 2022: 11.568 km² devastados, área equivalente à da Jamaica. Apesar da queda de 11% em relação a 2021, há 13 anos não era registrada uma taxa tão alta nos nove Estados da Amazônia Legal. A média anual sob Bolsonaro foi de 11.396 km², contra 7.145 km² no período anterior (2015-2018).

Durante o atual governo, a taxa ficou quatro anos seguidos acima dos 10 mil km², depois de uma década em que esteve retida na casa dos quatro dígitos. A taxa de desmatamento na Amazônia é calculada pelo Inpe a partir de imagens de satélite e se refere ao período de agosto de 2021 a julho de 2022.

No ano passado, na COP26, na Escócia, Joaquim Leite (Meio Ambiente) silenciou diante das perguntas dos jornalistas sobre os dados do Inpe, expondo, dessa maneira, o Brasil a uma situação constrangedora. O ministro de Bolsonaro já sabia que a estimativa mostrava a maior alta em 15 anos.

Neste ano, para se esquivar das perguntas, o desgoverno se antecipou e impediu completamente qualquer debate sobre florestas no pavilhão oficial do Brasil no evento. Governadores da Amazônia, que queriam falar do assunto, precisaram montar um stand próprio na COP, que aconteceu de 6 a 18 de novembro no Egito.

Os dados levantados pelo Inpe destacam significativa contribuição do Amazonas na destruição da floresta, tendência que vem sendo identificada desde 2021. Com 2,6 mil km² de devastação, o estado respondeu por 22,5% de toda a área desmatada. Historicamente o Amazonas costumava ter participação leve no desmatamento da região, exatamente por abrigar florestas mais protegidas – estados de Pará, Mato Grosso e Rondônia são os que apresentam a maior área desmatada acumulada desde o início do monitoramento, em 1988.



Brasil brilhou coletivamente em campo na goleada contra a Coreia do Sul



Atacantes brasileiros dançaram na comemoração do 1º gol de Vini Jr.

Governo desiste de recuo e confisca R\$ 366 milhões das contas de universidades federais

O governo Bolsonaro voltou a bloquear recursos orçamentários do Ministério da Educação, 6 horas depois de liberar verbas para universidades e institutos federais.

Na quarta-feira (30), após anunciar o contingenciamento de R\$ 366 milhões, o governo recuou diante das críticas das instituições de ensino e, na quinta-feira à tarde (1º), autorizou o uso dos recursos.

Porém, pouco mais de 5 horas depois do anúncio, o MEC informou aos órgãos vinculados à pasta que “zerou o limite de pagamentos das despesas discricionárias do Ministério da Educação previsto para o mês de dezembro”, segundo mensagem do Tesouro Nacional encaminhada ao Ministério.

No documento enviado aos órgãos subordinados à pasta, o MEC esclarece que “já havia solicitado ao Ministério da Economia, nos meses de outubro e novembro, a ampliação do limite de pagamento das despesas discricionárias”, mas que as “solicitações não foram atendidas”.

O reitor Ricardo Marcelo, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), denuncia o golpe do governo na calada da noite. Com o novo bloqueio de recursos, universidades não terão como pagar as contas até o final do ano.

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), professora Márcia Abrahão, confirmou o bloqueio. Pelo Twitter, ela disse que “o Governo Federal fez novo corte orçamentário”. “Só da UnB foram R\$ 13,5 milhões! Isso depois de terem tirado R\$ 2 milhões na segunda-feira e devolvido hoje de manhã. Punir a educação é o cúmulo do antipatriotismo”, escreveu.

A nova decisão está relacionada ao decreto nº 11.269, de 30 de novembro de 2022, que montou o cro-



“Punir a educação é o cúmulo do antipatriotismo”

nograma mensal de desembolsos do Executivo e deu mais autonomia para que o Ministério da Economia faça realocações de recursos de acordo com os interesses escusos de Bolsonaro. Após o desbloqueio, mais cedo, na quinta, gestores de universidades e institutos federais se apressaram para empenhar os valores e garantir pagamentos, com receio de que novos bloqueios fossem anunciados.

“A Andifes seguirá atenta aos riscos de novos cortes e bloqueios e manterá o diálogo com todos os atores necessários, no Congresso Nacional, governo, na sociedade civil e com a equipe de transição do governo eleito para a construção de orçamento e políticas necessárias para a manutenção e o justo financiamento do ensino superior público”, afirmou a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior em nota.

O atual corte no Orçamento da educação federal é apenas mais um capítulo na crise que começou ainda no primeiro mês deste ano.

O primeiro revés nos recursos da área aconteceu ainda em janeiro, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou o Orçamento de 2022. A fatia da educação perdeu R\$ 739,9 milhões do total de R\$ 113,4 bilhões que tinham sido aprovados pelo Congresso

em dezembro de 2021.

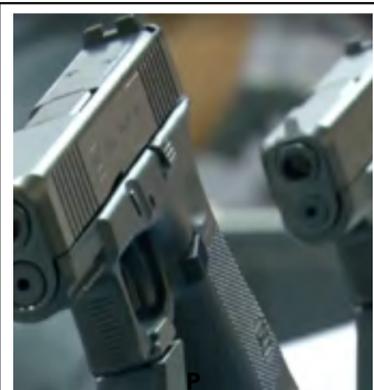
O orçamento atual da pasta é de R\$ 166,1 bilhões. Do total, a previsão era que R\$ 52,9 bilhões fossem direcionados às universidades federais.

Após a sanção do Orçamento deste ano, o primeiro baque para as universidades veio em junho, depois de um bloqueio inicial de 14,5% do Orçamento da Educação. Nos dias seguintes, o bloqueio foi reduzido a 7,2%, que foi repassado às universidades e institutos federais.

Entretanto, o que começou como um bloqueio terminou como corte, já que o valor não foi devolvido às instituições. Apenas na educação superior (universidades e institutos), a redução foi de R\$ 438 milhões.

Em outubro, o MEC sofreu um novo bloqueio, desta vez de R\$ 1 bilhão, após o governo anunciar um contingenciamento de R\$ 2,6 bilhões que foi repassado aos ministérios. Na ocasião, foram bloqueados R\$ 328 milhões das universidades federais. O valor foi liberado posteriormente, depois de o ministério realocar verbas internamente.

No início desta semana, houve o novo congelamento, no valor de R\$ 366 milhões, que foi liberado e, na sequência, bloqueado nesta quinta.



Projeto de Lei proíbe Clubes de Tiro perto de escolas de Araraquara

Os recentes ataques armados às escolas no Espírito Santo e no Ceará tem levantado um novo debate sobre a restrição ao acesso e à propaganda de armas e munições no país. Ao longo do governo Bolsonaro, houve um incentivo para a instauração dos Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores, os chamados CACs, além do completo descontrolo da aquisição e venda de armas e munições e isto agravou a situação no país.

Diante deste debate, o vereador de Araraquara, cidade do interior de São Paulo, Guilherme Bianco (PCdoB), protocolou um projeto de lei proibindo a instalação e o funcionamento de entidades, clubes ou escolas de tiro nas proximidades de estabelecimentos de ensino no município.

De acordo com o texto do projeto, “ficam proibidos, no âmbito do Município de Araraquara, a instalação e o funcionamento de entidades, clubes ou escolas de tiro em um raio de 3 (três) quilômetros a partir de quaisquer estabelecimentos de ensino, das redes pública ou privada”.

O vereador embasou o projeto nos dados da segurança pública de Araraquara e do Brasil que “demonstram o crescimento de incidentes envolvendo crianças e adolescentes em contato com armas, sendo agentes ou vítimas de episódios violentos em que o armamento é protagonista”.

“De acordo com o Instituto Sou da Paz, a maior circulação de armas nas cidades é o principal motivo para que a juventude esteja mais exposta e vulnerável a esta qualidade de violência”.

“Considerando que as escolas de ensino básico e fundamental são os locais de maior concentração e circulação de crianças e adolescentes, entende-se que neste ambiente deve haver maior cuidado no sentido da proteção desta população a artigos que tanto simbolizam quanto, principalmente, são agentes de ocorrências violentas” aponta o vereador na justificativa do projeto.

ATAQUES

A iniciativa surge em meio a ataques armados contra estudantes dentro de escolas no país. Recentemente um adolescente de 15 anos foi apreendido após atirar em três colegas de classe em uma escola estadual na cidade de Sobral, no Ceará. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, o jovem planejava o ato devido sofrer bullying dos colegas.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará informou que o adolescente foi apreendido com uma arma de fogo registrada no nome de um CAC (coleccionador, atirador desportivo e caçador). Policiais disseram que a arma seria do pai do jovem, informação que foi negada pelo governo do Ceará, que ainda investiga o proprietário.

O atirador, de 15 anos, estudava na mesma sala de aula das três vítimas, onde cursava o 1º ano do Ensino Médio. O aluno havia ido para a aula no horário normal, levando livros e material escolar. O vigilante da escola não percebeu que ele estava com arma escondida sob o uniforme escolar. Por volta das 10h, ele fez os disparos que atingiu os colegas de sala.

Além deste caso de Sobral, que foi facilitado pela política de afrouxamento da posse e porte de armas promovido no governo Bolsonaro, quatro pessoas morreram e outras onze ficaram feridas após um homem entrar armado em duas escolas de Aracruz, no Espírito Santo, no último dia 25 e efetuar diversos disparos. O caso aconteceu na Escola Estadual de Ensino Médio Primo Bitti e na escola particular Darwin, ambas localizadas na mesma rua.

O secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, coronel Márcio Celante, afirmou que o suspeito entrou primeiramente na Escola Estadual Primo Bitti, quebrando o cadeado e invadindo a sala de professores. Lá, ele atirou em 11 pessoas, duas delas morreram no local.

Testemunhas revelaram que o criminoso estaria encapuzado, com um colete à prova de balas e munido de uma arma longa, tipo submetralhadora. Enquanto os tiros aconteciam, houve grande correria na escola. Alunos até pularam o muro na tentativa de escapar dos disparos. Um deles chegou a quebrar a perna durante a fuga.

BANDEIRA DA SEGURANÇA FOI CAPTURADA

Guilherme aponta que “a questão da segurança pública sempre foi uma das principais pautas da política nacional ganhou muito peso por conta do agravamento da crise econômica e também do aumento dos índices de violência no Brasil”. Ele destaca que essa “foi uma bandeira capturada pela direita e em sensos pelo bolsonarismo que apresentava uma agenda falaciosa, mentirosa, uma agenda de cultura armamentista, de fazer as leis com as próprias mãos. Então fica provado que quanto mais armas circulando na sociedade, mais mortes por arma de fogo a gente tem. Então na verdade quanto mais armas, mais mortes”.

“Isso tem se preocupado muito, inclusive porque Bolsonaro foi responsável por editar uma série de decretos que desregulamentava a questão do porte de armas, a questão dos CACS e também a abertura de clubes de tiro e de lojas de armas”, frisou o vereador que ainda destacou: “Aquí em Araraquara por exemplo, a gente teve um crescimento de 400% na abertura de loja de armas e você tem também a presença de um clube de tiro na cidade. E a gente começou a observar o aumento inclusive de ocorrências com problemas de armas de fogo dentro de escolas a partir de 2018”.

Supremo Tribunal Federal aprova revisão da vida toda para aposentados do INSS

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quinta (1), a favor dos aposentados no tema da revisão da vida toda para a aposentadoria dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). A revisão aprovada corrige uma distorção criada pela reforma da Previdência de 1999, que retirou do cálculo as contribuições anteriores a 1994, quando foi criado o Real. Aqueles que tiveram suas maiores contribuições antes de 1994, ao se aposentarem, receberam benefícios menores do que poderiam ter direito.

Com a decisão, vencida no STF por 6 a 5, aposentados que começaram a receber seus benefícios entre 29 de novembro de 1999 e 12 de novembro de 2019 – um dia antes da nova reforma previdenciária – terão o direito de pedir a revisão.

O aposentado poderá acionar a Justiça para que sejam incluídas todas as suas contribuições ao INSS no cálculo da média salarial, quando considerado mais vantajoso. Para isso, é preciso pedir a revisão em até dez anos, contados a partir do mês seguinte ao pagamento da primeira aposentadoria. Se o primeiro benefício foi em novembro de 2012, por exemplo, o aposentado pode fazer o pedido de revisão até dezembro de 2022.

A definição em favor dos aposentados já tinha sido decidida em março, durante plenário virtual, com a aprovação por 6 a 5. Em manobra para tentar inverter a votação, o ministro Nunes Marques pediu destaque e o placar foi zerado, mantendo apenas o voto do ex-ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentou e não poderia dar um novo parecer. Assim, o ministro André Mendonça, que substituiu Marco Aurélio, não teve direito ao voto.

Desta vez o placar se manteve com votos favoráveis dos ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber e Marco Aurélio. Os votos contrários foram dados por Nunes Marques, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

ENTIDADES CONTESTAM "IMPACTO FISCAL"

As entidades que representam aposentados contestam os cálculos da União sobre o impacto fiscal do julgamento da revisão da vida toda. De acordo com matéria do Estadão desta semana, a União apresentou novos números mostrando impacto fiscal de R\$ 360 bilhões em 15 anos. Após a elaboração de Nota Técnica pelo Ministério da Economia (4921/2020), com a análise de 108.396 registros aleatórios obtidos através do Dataprev, o próprio INSS havia informado ao STF que o custo da ação seria de R\$ 46 bilhões em 10 anos.

"O INSS trabalha com suposições em uma nota técnica inflada levada ao Supremo", contestou o advogado, João Badari, do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev). Badari, em artigo publicado no início do ano, afirmou que "poucas vezes presenciei uma manobra tão rasteira na manipulação da opinião pública, que busca reverter votos contrários em processo que a Autarquia é parte".

"O INSS alegou no processo que o custo seria de R\$ 46,4 bilhões em 10 anos, e nesta nova Nota (que não está no processo) o custo é de R\$ 360 bilhões em 15 anos, para isso afirmou que a revisão seria pleiteada por 51.900.451 (cinquenta e um milhões, novecentos mil, quatrocentos e cinquenta e um) beneficiários. Para chegar neste número ele utilizou 36.952.754 (trinta e seis milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro) beneficiários que estão cessados, e portanto não poderão entrar nesta conta, pois não estão ativos. E também utilizou mais 60.487 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta e sete) beneficiários que estão suspensos, e não deveriam também estar nesta conta", diz Badari.

Para o advogado, isso é uma clara maneira de inflar os números. "Após desconsiderarmos, por razões óbvias, os benefícios cessados e suspensos, chegamos a um número de 14.887.210 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, duzentos e dez) beneficiários ativos concedidos após o ano de 1999", continua.

"Dos 14.887.210 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, duzentos e dez) beneficiários ativos concedidos após 1999, se aplicarmos os dados que o INSS apresentou no processo de 31,28% (item 6 da NT SEI 4921/2020/ME) a ação automaticamente cairia para 4.656.720 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte) beneficiários. E agora aplicando o item 12 da NT SEI 4921/2020/ME, devemos dividir este número por metade, chegando a um total de 2.328.360 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta) beneficiários a serem revisados", diz Badari.

Com estes cálculos, João Badari afirma que o número é 20 vezes menor que o apresentado pelo governo, não alcançando R\$ 18 bilhões em 15 anos. "E aqui, mais uma vez afirmo, que não estamos considerando a redução no custo em razão de benefícios que já decaíram, e além disso incluímos na conta as aposentadorias rurais de segurador especial, as aposentadorias no teto, salários maternidade que possuem outra base de cálculo e os benefícios por incapacidade temporários que em poucos meses são cessados", disse.

"Qual será o custo da próxima nota apresentada para a mídia? R\$1 trilhão? Não acreditem em tudo que se vendem, pois 'uma mentira dita várias vezes pode acabar se tornando uma verdade', e isso se mostra perigoso. Me parece que o pedido de elaboração destas notas técnicas é realizado da seguinte maneira: 'façam uma Nota que mostre a revisão cabível para todos, principalmente para quem não tem o direito'.

Centrais reivindicam que direitos trabalhistas sejam restabelecidos



Cortes do governo no orçamento ameaçam pagamento de aposentadorias e pensões

Os cortes orçamentários e o verdadeiro desmonte do Estado promovido pelo governo Bolsonaro devem afetar até os pagamentos de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Conforme reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a situação é tão séria que restam apenas R\$ 2,4 bilhões para pagar despesas discricionárias de todos os ministérios até o final de 2022.

O desgoverno Bolsonaro, que deixou a situação das contas públicas e do funcionamento do serviço público chegarem a este ponto, agora corre atrás de aquisição de créditos

extraordinários para custear as despesas do INSS e de outros setores da máquina pública, como do Ministério da Educação e da Saúde.

A Casa Civil consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de créditos extraordinários, mas, segundo as regras vigentes das contas públicas, o governo não pode se endividar para pagar as despesas correntes, isto é, aquelas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos, como juros da dívida, encargos com pessoal, compra de matérias-primas e bens de consumo e transferência a entes públicos.

Fechando a sua administração desastrosa, o

governo Bolsonaro continua mentindo descaradamente sobre qualquer assunto, como a afirmação de que o aumento dos gastos do INSS seria motivado pela "redução acelerada" da fila de espera de beneficiários que estariam tendo acesso a aposentadorias e pensões. Na verdade, o que tem sido revelado, inclusive em levantamentos dos dados do próprio governo dos quais a equipe de transição do governo Lula está tendo acesso, é que a fila de pessoas que aguardam atendimento do INSS só aumentou nos últimos quatro anos, e já chega a mais de 5 milhões.

Sindicato dos Jornalistas de SP denuncia CNN Brasil por demissão em massa ilegal

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo (SJSP) denunciou a CNN Brasil por demissão em massa, nesta quinta-feira (1). Em um único dia, a empresa dispensou todos os funcionários e desativou a sucursal do Rio de Janeiro, atingindo também a sede em São Paulo. A entidade acusa o canal de não ter fornecido dados completos sobre os desligamentos e nem o número de profissionais afetados.

"Neste 1º de dezembro, que marca a data-base da Convenção Coletiva de Trabalho para jornalistas que trabalham nas emissoras de rádio e televisão de São Paulo, sentimos na pele a (pouca) consideração das empresas com o nosso trabalho", disse o Sindicato em nota.

De acordo com o sindicato, inicialmente os números extraoficiais informavam a demissão de cerca de 40 jornalistas da capital, mas dados coletados pela entidade com diferentes fontes apontam para mais de 100 pessoas desligadas nas diferentes praças da emissora.

"Solicitamos uma reunião

de emergência com a empresa, mas não obtivemos resposta. Assim, representantes da entidade foram até a sede da emissora cobrar explicações. Como resposta, a CNN não forneceu a quantidade de jornalistas demitidos, mas afirmou genericamente que realizará todos os pagamentos das verbas rescisórias", dizem os jornalistas em nota.

A entidade lembra que a categoria provou por diversas ocasiões o seu papel essencial durante a cobertura da pandemia, além de se expor a ameaças e agressões enquanto realizava o trabalho de apuração quanto às ameaças antidemocráticas durante o período eleitoral. "Ainda assim, o que recebemos de nossos patrões é o arrocho salarial, a precarização da profissão e as demissões", diz.

O Sindicato afirma que, se confirmada a demissão em massa, a emissora terá cometido irregularidades, pois a empresa é obrigada a dar ciência à entidade sindical sobre a intenção de demitir, o que não foi feito. Nesta sexta-feira, o Sin-

dicato organizará uma reunião com os profissionais demitidos para discutir coletivamente a questão e como poderão agir.

"Neste mesmo dia 1º, também tivemos uma nova rodada de negociações com as empresas de rádio e televisão. Após apresentarmos reivindicações para o aprimoramento de cláusulas sociais (como o plantão aos finais de semana, Vale Refeição e diárias de viagem), o sindicato patronal afirmou simplesmente que não teria condições de atender ao pedido dos jornalistas. E manteve a proposta de reajuste de 4% - o índice oficial de inflação do período ainda não foi divulgado", diz a nota.

"Diante disso, não resta outra alternativa: precisamos nos unir, aumentar nossa organização e lutar. No início da tarde, estivemos na porta da Rede Globo para conversar com os colegas e distribuir nosso panfleto com as informações essenciais da campanha salarial", conclui a nota, se solidarizando com os profissionais da CNN.

Dirigentes das centrais se reuniram com o presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva

As centrais sindicais e alguns dos principais sindicatos de trabalhadores do país se reuniram com o presidente Lula nesta quinta-feira (1), no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, para dar o pontapé inicial na discussão sobre o restabelecimento dos direitos trabalhistas, que foram subtraídos na era Bolsonaro.

As centrais reforçaram a ideia de que o Trabalho e a Previdência Social, hoje partes de um mesmo ministério, voltem a ser desmembrados.

Na avaliação do ex-deputado Assis Melo, presidente da Fitmetal (Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil), Lula reafirmou os compromissos assumidos na campanha eleitoral de 2022. "Para os trabalhadores e para as centrais, o recado que fica é que vai ser um governo de diálogo".

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), considerou a reunião "muito boa" e ressaltou que "alguns temas trabalhistas terão de ser repactuados com o Congresso Nacional", como o contrato de trabalho intermitente (o trabalhador fica à disposição do patrão, mas só recebe pelas horas trabalhadas) e as rescisões de contrato. Para o dirigente, as rescisões devem voltar a ser homologadas pelos sindicatos, evitando 'erros' nas contas que prejudicam o trabalhador.

João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário geral da Força Sindical, disse que "a ideia é uma mesa de negociação tripartite, com a participação de empresários, governo e

sindicistas, e tem o objetivo de rever legislações consideradas prejudiciais aos trabalhadores".

Segundo Moisés Selerge, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Lula confirmou a recomposição do salário mínimo, "um compromisso dele com os trabalhadores".

Lula anunciou também na reunião que seu governo vai corrigir a tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

Para Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), "a classe trabalhadora foi severamente atacada com as reformas dos governos Temer e Bolsonaro. Dizer que não queremos a garantia da sustentação material das entidades é repetir a cantilena do mercado e dos empresários, que trabalham para quebrar a espinha dorsal do movimento sindical".

Juruna, afirmou, ainda, a necessidade de uma alteração legislativa "para permitir que as categorias definam uma forma de financiamento dos sindicatos".

Após a reunião, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, declarou: "Nós deixamos claro que não queremos o imposto sindical. Os sindicatos defendem o não retorno do imposto sindical. O que queremos é que os trabalhadores decidam de forma livre o financiamento dos seus sindicatos".

"Será preciso convencer os deputados de que as finanças dos sindicatos serão decididas pelos trabalhadores em assembleia soberanas", afirmou Lula em nota do PT.

CARLOS PEREIRA



Alesp aprova transporte gratuito para idosos com mais de 60 anos

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, nesta terça-feira (29), o projeto de lei que garante a gratuidade no transporte público estadual para todos os idosos com mais de 60 anos de idade, a partir de janeiro de 2023.

O Projeto de Lei 608/2022 autoriza a gratuidade do transporte metropolitano por meio de bilhete eletrônico. A medida seguirá para sanção do governador Rodrigo Garcia, o que deve acontecer até o final da semana.

Em suas redes sociais, a deputada estadual Leci Brandão (PCdoB) comemorou a vitória. Desde que a gratuidade havia sido retirada pelo então governador João Dória, Leci foi uma das parlamentares mais engajadas na recuperação do direito, com articulações e audiências públicas.

Leci lembra que a Alesp modificou o projeto original enviado pelo governador, que "previa a gratuidade da passagem apenas para pessoas de 60 a 65 anos em situação de pobreza e extrema pobreza inscritas no CadU-

nico, mas retiramos essa exigência".

O projeto aprovado prevê que o Poder Executivo estabelecerá as normas complementares necessárias à execução da lei. A autorização concedida pela Alesp ao Executivo está prevista no Estatuto do Idoso, de 2003, que já garante a gratuidade para pessoas com 65 anos ou mais em todo o Brasil.

"A Alesp fez essa mudança no projeto e agora cabe ao Executivo analisar se concede a gratuidade a todas as pessoas acima de 60 anos ou apenas aquelas que não tem condições financeiras", disse o presidente da Casa, deputado Carlão Pignatari (PSDB).

"Que bom que houve a sensibilidade de retirar essa questão do CadÚnico, porque nós entendemos que o idoso que usa o transporte coletivo é aquele que de fato precisa", afirmou o deputado Dr. Jorge do Carmo (PT).

Única bancada a votar contra a proposta, os dois deputados do partido Novo declararam ser favoráveis à proposta mais restrita.



Anti-imperialismo reaproxima a Rússia do socialismo - (5)

Continuação da edição anterior

Em complemento às teses de Katasonov sobre o socialismo soviético, apresentamos algumas ideias de Tatiana Khabarova, frutos de sua luta durante e depois da queda da União Soviética. Em seus artigos, a engenheira e ex-dirigente do PCUS entra em detalhes sobre o sistema socialista construído por Stalin e aponta com precisão o momento em que houve a ruptura e quais instrumentos foram usados pela contrarrevolução para destruir a economia socialista

SÉRGIO CRUZ*

REDUÇÃO SISTEMÁTICA DE PREÇOS

Neste ponto, trazemos alguns trechos de outros artigos de Katasonov, um de 2014 e outro de 10 de julho de 2022, o segundo intitulado “Houve um tempo em que os preços foram reduzidos”. Isto é sobre 1947-1953, onde ele detalha a forma como era distribuída a renda social entre a população no socialismo soviético.

“Conforme observado no 19º Congresso do PCUS, o aumento do padrão de vida dos cidadãos da URSS foi assegurado por meio de dois processos paralelos: a diminuição dos preços no varejo e o aumento do nível nominal dos salários. O primeiro método foi a prioridade. Se em 1948 os salários reais (levando em conta o poder de compra do rublo soviético) eram em média 20% inferiores ao nível anterior à guerra, em 1952 eles excederam o nível anterior em 25%.

“Um dos indicadores do efeito socioeconômico das reformas anuais de preços é a magnitude da redução total dos preços em rublos no comércio varejista da URSS. A redução dos preços no primeiro estágio levou a uma redução no custo dos bens de consumo através do comércio varejista estatal durante 1948 em pelo menos 57 bilhões de rublos. Este montante representou uma perda líquida para o orçamento do Estado (a principal fonte de formação orçamental foi o imposto sobre o volume de negócios, cujo volume total dependia diretamente do nível dos preços do varejo). A perda tinha que ser coberta e, de fato, foi posteriormente coberta pelo governo graças ao crescimento da produtividade do trabalho, ao aumento da produção de bens de consumo e à redução do custo de produção. Essa redução de preços foi um ganho líquido para a população.

“A queda nos preços dos bens no comércio varejista do Estado causou uma queda nos preços nos mercados de fazendas coletivas e cooperativas. A participação dos Kolkhoses e bens cooperativos na massa total de bens vendidos à população durante o ano foi de cerca de um terço. Pode-se supor que a redução dos preços dos bens da fazenda coletiva e do comércio cooperativo tornou esses bens mais baratos em pelo menos 29 bilhões de rublos. Consequentemente, a população se beneficiou da redução dos preços em todos os setores do comércio varejista durante o ano em cerca de 86 bilhões de rublos.

“Em 1º de março de 1949, a segunda redução planejada dos preços de varejo no comércio estatal começou com um efeito anual de 48 bilhões de

rublos e um efeito adicional no setor de fazenda coletiva e comércio cooperativo no valor de 23 bilhões de rublos. O efeito anual total foi de 71 bilhões de rublos. De acordo com a sexta queda, o indicador para o setor de comércio estadual foi de 53 bilhões de rublos. Para orientação, observo que em 1953 o orçamento da URSS (parte das despesas) era igual a 515 bilhões de rublos.

“Khrushchov conseguiu debilitar a economia de Stalin, mas não conseguiu destruí-la. Um golpe muito mais sério foi assestado pela reforma econômica de 1965-1969, personificada então pelo presidente do Conselho de Ministros da URSS, A. Kossíguine. Por vezes também é designada como reforma de E. Liberman, um dos consultores de Kossíguine. O resultado foi um modelo que alguns críticos mais severos designam de capitalismo de Estado.

“A reforma de 1965-1969 transformou as empresas socialistas em produtores mercantis isolados, orientados para o lucro (o principal indicador do plano), e não em dar o seu contributo para a construção do resultado do complexo econômico nacional unificado. Em substituição ao modo socialista de produção surgiu o modo mercantil de produção. Depois da reforma de Kossíguine não houve praticamente mais tentativas sérias de aperfeiçoamentos econômicos durante quase duas décadas. Tampouco houve tentativas para suspender a ‘experiência’ mortífera de Kossíguine-Liberman. A economia afundou-se na ‘estagnação’, apesar de a vida indicar com insistência a necessidade de verdadeiras mudanças para reforçar o país”.

O professor e economista Nilson Araújo de Souza, titular da Cátedra Cláudio Campos, da Fundação Maurício Grabois, destacou em suas obras sobre o tema que, mesmo tendo sofrido consequências nefastas, oriundas das “reformas” impostas à URSS no final da década de 50 e meados da década seguinte, a economia soviética ainda assim continuou crescendo acima das principais economias capitalistas, particularmente da economia dos EUA.

Em complemento às teses de Katasonov sobre o socialismo soviético, apresentamos algumas ideias de Tatiana Khabarova, frutos de sua luta durante e depois da queda da União Soviética. Em seus artigos, a engenheira e ex-dirigente do PCUS entra em detalhes sobre o sistema socialista construído por Stalin e aponta com precisão o momento em que houve a ruptura e quais instrumentos foram usados pela contrarrevolução para destruir a economia socialista.

Diz Tatiana: “Para avaliar a importância do sistema econômico criado sob a direção de I.V. Stalin é



preciso, antes de mais, responder com clareza à questão: Em que consiste concretamente a tarefa econômica integral da revolução proletária e do socialismo como primeira fase da formação socioeconômica comunista? Dirão: consiste na eliminação da propriedade privada, na socialização dos meios de produção. É correto, mas na realidade essa é a via para alcançar um fim, um instrumento para atingir um objetivo, mas não é um fim em si. O objetivo das transformações socialistas na economia não é tanto a socialização dos meios de produção em si, mas a socialização do sobreproduto [mais-valia], produzido com a sua ajuda”, diz ela.

Tatiana demonstra que o sistema econômico, construído nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX na URSS, é sintetizado na dupla escala de preços – preços intermediários, ou de transferência, e preços finais, ou preços de consumo – foi o que garantiu que, além da socialização dos meios de produção, houvesse a distribuição social do sobreproduto na URSS.

Esta distribuição do rendimento social se deu através da redução sistemática de preços e da constituição de um fundo de consumo social gratuito cada vez mais abrangente. A redução sistemática de preços era o fator impulsionador da redução dos custos de produção.

Ela considera que, mais importante do que a industrialização acelerada e a coletivização do campo, essa foi a grande obra de Stalin e também o ponto central de ataque dos inimigos do socialismo.

Pela importância de suas teses e pelo tratamento sério que ela dá ao tema central deste nosso debate, tomamos a liberdade de trazer aqui a íntegra de uma de suas palestras. Confira.

SOCIALISMO COMO SISTEMA

“Nas vésperas da revolução socialista e nas fases iniciais da instauração do novo regime, havia a convicção no nosso país de que as relações monetário-mercantis seriam abolidas, se não imediatamente após a revolução, pelo menos bastante rapidamente. A política do chamado comunismo de guerra constituiu em grande medida o reflexo deste estado de espírito, enquanto a transição para a NEP foi o reconhecimento político do fato inquestionável que depressa se constatou, de que as coisas não eram assim tão simples e que as relações monetário-mercantis são por enquanto indispensáveis, sendo que este ‘por enquanto’ pode estender-se por um período histórico

bastante longo.

“No seu trabalho ‘Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro’ Lenine escreveu:

‘Contávamos, levados por uma onda de entusiasmo, depois de despertar no povo um entusiasmo a princípio político e depois militar, contávamos realizar diretamente, na base desse entusiasmo, tarefas econômicas tão grandes (como as políticas, como as militares). Contávamos – ou talvez seja mais justo dizer: supúnhamos, sem ter calculado o suficiente – que com imposições diretas do Estado proletário poderíamos organizar de maneira comunista, num país de pequenos camponeses, a produção estatal e a distribuição estatal dos produtos. A vida mostrou o nosso erro’.

“Noutro trabalho, escrito dias depois, lemos:

‘(...) A Nova Política Econômica, pela sua essência, consiste no fato de que neste ponto nós sofreremos uma forte derrota e começamos a efetuar uma retirada estratégica (...) A Nova Política Econômica significa (...) a transição para a restauração do capitalismo (...)’.

Toda a história da NEP, vista à distância de hoje, com a compreensão que temos do problema, consistiu no fato de os bolcheviques na Rússia se terem confrontado – além da instauração da forma socialista de propriedade social (de modo aproximado social significa estatal) – com a necessidade de encontrar, pressentir, na realidade econômica concreta uma lei objetiva que servisse à propriedade social socialista tal como a lei da taxa média de lucro serve à propriedade privada capitalista.

“Isto significa que o sucessor de V. I. Lenin no posto de dirigente do Estado soviético tinha pela frente não só a resolução da tarefa da industrialização do país, coletivização do campo, etc., mas ainda a tarefa fundamental, a tarefa das tarefas, de encontrar o ‘parceiro’ das relações de valor modificadas da propriedade socialista. Por outras palavras, construir toda a economia socialista como um sistema, um sistema histórico integral competitivo.

“No período da NEP recuou-se para o capitalismo, mas não se podia utilizar por muito tempo a modificação capitalista da lei do valor: o efeito possível de obter era muito efêmero, seguir-se-ia uma crise e a restauração completa do capitalismo no país.

“Deve-se dizer abertamente que naquele tempo a grandiosidade desta tarefa e até o próprio fato do seu surgimento – de que era precisamente

esta tarefa que estava na ordem do dia – não foram compreendidos adequadamente. Ao nível conceitual, o desenvolvimento da economia soviética foi determinado pela lógica da resolução do seguinte problema: transformar a economia socialista num todo historicamente autônomo, historicamente soberano. Intuitivamente, o trabalho foi conduzido na direção justa, de forma incessante e muito enérgica. No entanto, nos documentos oficiais daquele período, nas intervenções dos dirigentes do partido e do Estado, e até, infelizmente, na literatura científica, não encontramos em parte alguma uma formulação clara do problema e uma expressão clara da compreensão de que era precisamente este problema que estava a ser resolvido.

“Só quando a tarefa da construção da economia socialista como sistema integral já estava praticamente resolvida, no final de uma vida de esforços titânicos para a construção da potência soviética, I.V. Stalin, no seu testamento político – ‘Problemas Econômicos do Socialismo’ – procurou traçar um quadro sintético econômico e filosófico deste feito que marcou verdadeiramente uma época, desta criação coletiva, pode-se dizer, do povo soviético. E só vários anos depois da morte de Stalin, numa das discussões econômicas que começavam então a efervescer, foram finalmente pronunciadas as palavras de que o chamado sistema de duas escalas de preços de Stalin não era outra coisa senão a modificação socialista do valor. Mas já era tarde, outros ventos sopravam, a Terceira Guerra Mundial intensificava-se, e a primeira grande dor de cabeça para o adversário geopolítico era precisamente o mecanismo econômico de Stalin.

SISTEMA SOCIALISTA SOVIÉTICO

“Em consequência, quando deste mecanismo já só restavam ruínas, todas as tentativas de falar séria e fundamentadamente da modificação socialista do valor se tornaram vãs. Quem o fizesse era visto como se estivesse a falar da face oculta da Lua, e não do sistema econômico que ainda há pouco existia e funcionava em plenitude no nosso país, na nossa terra.

“E não eram apenas os Aganbeguian, Abálkine, Bélkine, Raizberg, Otsason e outros como eles que não queriam ouvir, aceitar ou publicar. O mais surpreendente é que também nas páginas das nossas publicações cha-

Nazistas ucranianos apoiados pelos EUA cultuam o colaboracionista dos hitleristas durante a 2ª Guerra, Stepan Bandera (Sputnik)

mas opositoristas, nem uma abordou o assunto. Nem uma publicou, por exemplo, o meu artigo de 1989 sobre este tema. A conhecida coletânea Alternativa, de 1990, reuniu textos de todas as figuras do movimento de esquerda que escreviam e intervinham sobre questões econômicas. Parece-me que só eu não fui convidada. E sobre as relações monetário mercantis e a lei do valor no socialismo publicaram uma mediocridade.

“Mas terá sido realmente resolvida a tarefa de encontrar uma forma adequada ao regime socialista de consolidação e distribuição do rendimento líquido? Sim, foi realmente e inquestionavelmente resolvida. Porém foi sendo resolvida segundo o método da tentativa e erro, de um modo essencialmente empírico e não partindo de pressupostos teóricos rigorosos. Por isso não faz sentido tentarmos aqui reconstituir esse processo, a forma como decorreu na prática. Passemos de imediato ao ponto de vista a partir do qual, em 1952, Stalin lançou um olhar sobre o passado.

A economia socialista transformada em sistema como ‘consórcio nacional’ gigante

Os meios de produção como produção social intermediária e os bens de consumo como produção social final do ‘consórcio nacional’

“Em primeiro lugar, em Problemas Econômicos do Socialismo estão colocados os pingos nos ‘is’ sobre a questão da esfera de ação da lei do valor no socialismo, a esfera de ação no socialismo das relações monetário-mercantis, da produção mercantil, ou, se quisermos, a questão sobre o mercado socialista.

“O mercado socialista é apenas o mercado dos bens de consumo geral. O mercado da força de trabalho não existe no socialismo, os meios de produção também deixaram de ser mercadorias, não falando sequer da terra.

“Segundo Stalin, alguém que pensava que se deveria restaurar na URSS todas as categorias econômicas do regime burguês, uma vez que se reconhecia a existência da produção mercantil no socialismo –, essa pessoa estava profundamente equivocada.

“A nossa produção mercantil distinguia-se radicalmente da produção mercantil capitalista. O valor – categoria histórica – revelava-se nas nossas condições de uma forma totalmente diferente da que tem nas condições da propriedade privada dos meios de produção. A lei do valor, escreve Stalin, no nosso país ‘está limitada e enquadrada’. É verdade que a expressão ‘modificação socialista do valor’ não é utilizada por Stalin, mas na sua essência esta abordagem é por ele desenvolvida de forma inequívoca e indiscutível.

(* **Jornalista, médico e escritor, redator de política da Hora do Povo, membro do CC do PCdoB e pesquisador da Fundação Maurício Grabois.**

Continua na próxima edição

Teto ilegal de Biden a petróleo russo agravará crise da Europa



Moscou advertiu: “teto de preço” apoiado pela UE atenta contra seus próprios países

Líder sandinista e presa política, Dora Tellez é homenageada pela Universidade Sorbonne

A comandante guerrilheira sandinista e ex-ministra da Saúde da Nicarágua, Dora Maria Tellez, “presa há mais de 530 dias pelo regime de Daniel Ortega”, foi agraciada no último dia 28 com o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Sorbonne, de Paris.

“Com este título, a Sorbonne Nouvelle homenageia a sua excepcional carreira política e científica, e sua contribuição para o compromisso social internacional”, afirma o comunicado da Sorbonne, assinado por Jamil Jean-Marc Dark, presidente da instituição acadêmica. A cerimônia destacou que “esta é uma demonstração que Dora Maria Tellez está prisioneira, isolada há mais de 530 dias, mas está livre”.

Por decisão unânime de seu Conselho Acadêmico, e com a aprovação do Ministério da Europa e Relações Exteriores da França, a homenagem valoriza uma rica trajetória de luta contra a ditadura de Anastácio Somoza e, mais recentemente, em favor dos oprimidos pelo governo de Ortega e de sua esposa, a vice-presidente Rosario Murillo.

“Queremos reconhecer seu compromisso vitalício com a justiça social e a democracia, tanto em seu país quanto em toda a região latino-americana”, enfatiza a carta enviada a Tellez, condenada a oito anos de prisão por sua militância opositorista.

Acusada por suposta “traição à pátria”, a líder opositora



Imagem de Dora Maria Tellez projetada na solenidade em que recebeu o título de Doutora Honoris Causa em Paris

nicaraguense de 67 anos se encontra trancafiada e em condições desumanas na prisão de El Chipote, onde também estão presos vários sacerdotes católicos.

Desde o cárcere, Dora Maria Tellez agradeceu e dedicou o título a todos os presos políticos que vem sendo submetidos a torturas e isolamentos, desejando que a homenagem sirva para gerar consciência e repúdio a um governo que tem submetido seu povo a um tempo de silêncio e terror.

Representando a opositora na cerimônia, o jornalista Carlos Fernando Chamorro Barrios denunciou que na cela de Tellez, que recentemente declarou greve de fome, “não há luz,

nem mesmo para distinguir a pasta de dente na escova”. Para Chamorro, é necessário que todos levantem suas vozes para pôr fim ao arbítrio, pois “não se pode justificar uma ditadura em nome da esquerda”.

Depois de ouvir alguns familiares dos presos políticos ali detidos, a presidente do Centro Nicaraguense para os Direitos Humanos, Vilma Núñez, disse que El Chipote deveria ser chamado de “centro de tortura”. Entre outros abusos, denunciam, para alguns prisioneiros as luzes são mantidas acesas vinte e quatro horas por dia, enquanto outros estão sempre no escuro, sem poder ver seus parentes nem seus advogados.



Arquivo/Wu Hong/EFE

Encontro de Xi Jinping com Jiang Zemin China de luto pela morte do ex-presidente Jiang Zemin

Aos 96 anos faleceu na quarta-feira (30) em Xangai o ex-presidente chinês Jiang Zemin, que comandou a China no período de 1989-2003, período chave para a afirmação do socialismo de características chinesas e para a ascensão do país à condição atual de gigante econômico soberano.

O anúncio foi feito “com profundo pesar” pelo Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh) e pelas principais instâncias de poder, Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, Conselho de Estado, Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e Comissão Militar Central, em carta dirigida a todo o Partido, a todos os militares e ao povo chinês de todos os grupos étnicos, registrou a agência de notícias Xinhua: “Nosso amado camarada Jiang Zemin morreu de leucemia e falência múltipla de órgãos depois que todos os tratamentos médicos falharam”.

“Lamentamos profundamente o camarada Jiang e transformaremos a dor em força para trabalhar em um esforço conjunto para construir um país socialista moderno em todos os aspectos e promover o grande rejuvenescimento da nação chinesa de maneira abrangente, de acordo com o plano do XX Congresso Nacional do PCCh”, disse Xi Jinping.

A China decretou luto oficial até à homenagem memorial a Jiang. A bandeira nacional localizada na Praça Tiananmen, no centro de Pequim, já foi colocada a meio mastro. A notícia de sua morte repercutiu na rede social Weibo, um tipo de “Twitter”, ultrapassando 650 milhões de visualizações em apenas uma hora.

Jiang foi também homenageado antes do início de reunião do Conselho de Segurança da ONU com um minuto de silêncio e por uma declaração do secretário-geral, Antonio Guterres. O presidente Vladimir Putin o lembrou como “um amigo da Rússia”.

Sobre ele, a Associated Press disse que “Jiang guiou a ascensão do país ao poder econômico... A China ultrapassou a Alemanha e depois o Japão para se tornar a segunda maior economia depois dos EUA”. Por sua vez a Reuters o descreveu como um presidente que “liderou o país por uma década de rápido crescimento econômico”, exaltando sua contribuição para as relações da China com os EUA. Sob sua liderança – acrescentou a RT – a China continuou seu progresso para se tornar uma potência econômica e política.

Jiang, que deixa sua esposa Wang Yeping e seus dois filhos, foi visto pela última vez em público em 2019, onde participou das comemorações do 70º aniversário da fundação da República Popular da China. Sua ausência do 20º Congresso do Partido Comunista em outubro foi vista como um sinal de problemas de saúde.

Durante seu governo e seu período à frente do PCCh, a China logrou manter o barco da revolução à tona, com notáveis contribuições para a causa do socialismo com características chinesas e para o “rejuvenescimento” da milenar nação.

Em 1997, deu-se a devolução – negociada por Deng Xiaoping – de Hong Kong, surripiada pelos britânicos na Guerra do Ópio, à pátria chinesa, sob o formato de “um país, dois sistemas” com fim do controle colonial. O que se repetiria, em relação a Macau, dois anos depois, de parte de Portugal.

Em 2001, a China foi admitida na Organização Mundial do Comércio, o que aprofundou a tendência em curso de se tornar a “fábrica do mundo”.

Ainda, a China passara pela prova de fogo da crise asiática.

Nesse período, reafirmou-se a política externa “independente e pacífica”, que remonta à histórica Conferência de Bandung, de 1955. Também foi nessa época, após a agressão da OTAN à Iugoslávia (1999), em que a embaixada da China em Belgrado foi atingida por um míssil norte-americano, que deslançou a reaproximação entre a Rússia (Doutrina Primakov) e a China, que desembocou na atual aliança estratégica, que tem como alvo o mundo unipolar.

Internamente, foi grande sua contribuição para a institucionalização da democracia popular chinesa e de seus mecanismos. Em novembro de 2002, Jiang, então com 76 anos, decide sair do Politburo do PCCh para abrir espaço para a nova geração de líderes. A saída foi oficializada durante o 16º Congresso Nacional do partido, no dia 15, no qual Hu Jintao assumiu a vaga.

Em 1999, determinou o banimento da seita obscurantista e reacionária Falung Gong.

ESTADISTA NOTÁVEL

A carta do PCCh e das instâncias de Estado divulgada pela Xinhua assinalou que o camarada Jiang Zemin era um líder destacado, de grande prestígio, reconhecido por todo o Partido, por todos os militares e pelo povo chinês de todas as etnias, um grande marxista, um grande revolucionário proletário, estadista, estrategista militar e diplomata, um lutador comunista de longa data e um destacado líder da grande causa do socialismo com características chinesas. Ele foi – acrescentam – o núcleo da terceira geração de liderança coletiva central do PCCh e o principal fundador da Teoria das Três Representações.

A carta elencou as conquistas que ele fez durante sua vida, desde a adolescência, quando se tornou um aprendiz diligente e que busca a verdade, iluminado pelo patriotismo e pelas ideias da revolução democrática, até o momento em que se tornou o núcleo da terceira geração de líderes centrais do PCCh e, depois, com sua aposentadoria dos cargos de liderança, sempre defendendo firmemente o trabalho do Comitê Central do PCCh. [Leia a íntegra no site do HP]

A Rússia reafirmou que, da mesma forma que fez com o gás, não fornecerá petróleo a países que implementem limites ao seu combustível

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afirmou que Moscou “não aceitará” que as nações do Grupo dos Sete, União Europeia (UE) e Austrália imponham um teto no preço de US\$ 60 por barril de petróleo Brent futuro foi negociado a US\$ 85,42 o barril.

Conforme a TASS, agência de notícias russa, está sendo analisada a resposta a ser dada às sanções, que estão prestes a entrar em vigor na próxima semana com o objetivo de estrangular a economia russa.

O fato é que ao se subordinar às orientações de Washington para tomarem partido no conflito militar com a Ucrânia, os governos do G7 provocarão uma alta no preço do combustível, comprometendo o abastecimento dos seus países.

“Reafirmamos nossa intenção conjunta de preparar e implementar uma proibição abrangente de serviços que permitam o transporte marítimo de petróleo bruto e derivados de petróleo de origem russa em todo o mundo. A prestação de tais serviços só será permitida se o petróleo e os produtos petrolíferos forem adquiridos ao preço fixado ou abaixo dele”, aponta o comunicado dos ministros das finanças dos países do G7.

“SEM O PETRÓLEO RUSSO”

“A partir deste ano, a Europa viverá sem petróleo russo”, alertou Mikhail Ulyanov, embaixador de Moscou nas organizações internacionais em Viena, em postagens nas redes sociais neste sábado (3).

A Rússia reiterou que da mesma forma que fez com o gás, não fornecerá petróleo a países que implementem limites ao seu combustível. Uma vez executado, o teto de preço do G7 permitiria que países não pertencentes à UE continuem importando petróleo bruto russo por via marítima, proibindo empresas de transporte, seguros e resseguros de manusear cargas de petróleo russo em todo o mundo,

Rússia e China ampliam comércio com rublo e yuan e procuram distanciamento do SWIFT

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, reiterou aos participantes do fórum de negócios energéticos russo-chinês que a energia continua sendo “uma das esferas principais e mais dinâmicas da nossa cooperação” com o gigante asiático.

No documento publicado no site do Kremlin nesta terça-feira (29), Putin enfatizou que, apesar da complexa situação internacional, os dois países continuam realizando projetos conjuntos de grande envergadura, como a construção de usinas nucleares na China e a produção de gás natural liquefeito no Ártico russo.

Putin parabenizou o fórum pela expansão da cooperação energética ao proporcionar um diálogo regular entre representantes de instituições estatais, as principais corporações do setor, estruturas bancárias e especialistas dos dois países.

Os líderes da Rússia e da China ressaltam como importantes conquistas o estabelecimento de comércio com prioridade cada vez maior no uso de moedas nacionais superando os obstáculos forçados contra a Rússia no sistema internacional de conversões, o SWIFT.

O vice-primeiro-ministro russo, Aleksandr Novak destacou, nesta terça-feira, que

os dois países “aceleram esforços nos dois sentidos para se afastarem do sistema SWIFT”.

“Nos contratos para fornecimento de gás, já mudamos para acordos em moedas nacionais – rublos e yuans – em bases paritárias. Suprimentos de petróleo, assim como carvão, também são transferidos para pagamentos em moedas nacionais”, esclareceu.

De acordo com o presidente da China, Xi Jinping, há uma elevada solidez na cooperação entre os dois países em matéria energética e reafirmou a vontade de aprofundá-la. “A China está pronta para trabalhar com a Rússia e estabelecer uma cooperação energética ainda mais próxima, contribuindo para o desenvolvimento da energia verde”, declarou Xi Jinping, em comunicado transmitido pela China Central Television. O presidente chinês sublinhou que estes “são esforços conjuntos para manter a segurança energética internacional e a estabilidade das cadeias de produção e abastecimento, bem como para fazer uma nova contribuição para o desenvolvimento saudável e sustentado de longo pra-

zo do mercado internacional de energia”.

A China e a Rússia estreitaram ainda mais seus vínculos diante dos riscos e desafios externos, assinalou o Xi Jinping, promovendo projetos ambiciosos que demonstram “alta solidez”. A parceria energética, frisou, representa uma “pedra angular” nesta cooperação binacional.

A Rússia e a China pretendem apoiar investimentos nas áreas mais promissoras da cooperação bilateral, disse o primeiro vice-primeiro-ministro russo, Andrei Belousov, acrescentando que “a quantidade de investimento direto cumulativo da China na Rússia cresceu 75% no primeiro semestre de 2022”.

Durante a nona reunião da Comissão Intergovernamental de Investimentos Rússia-China, realizada por videoconferência, Belousov apontou que “é crucial incentivar ainda mais o aumento do comércio e investimento e apoiar projetos de investimento em setores mais promissores, como gás, petroquímica, transporte e infraestrutura, tecnologias verdes e de alta tecnologia”.

Leia mais no site do HP

Itália faz greve geral por salários e contra preço alto da energia

A União Sindical de Base (USB) da Itália, com o apoio de partidos políticos e diversas organizações sociais, mobilizou os trabalhadores para dois dias de greve geral no país, na sexta e sábado (2 e 3), em repúdio às medidas econômicas do governo da primeira-ministra Giorgia Meloni.

No comunicado publicado pela USB, os sindicatos exigem do governo de extrema direita a renovação dos contratos e o reajuste automático dos salários, de acordo com a “inflação real”, a introdução por lei de um salário mínimo, o congelamento do aumento do custo da energia, redução da jornada de trabalho, investimento econômico em escolas, saúde e transporte públicos e garantia salarial para desempregados e subempregados e ainda “o congelamento dos gastos militares, suspender o envio de armas e ajuda financeira à Ucrânia e repudiar a adesão à cruzada euro-atlântica de sanções contra a Rússia”.

O ato principal realizado em Roma, começou na Piazza della Repubblica, no centro da capital italiana, mas também estavam programadas manifestações em diversas cidades do país.

“O Governo deveria ter atuado para melhorar os salários baixos, as aposentadorias

ou a menos que seja vendido abaixo de US\$ 60. A medida dificultaria o embarque de petróleo russo com preço acima do teto, mesmo para aqueles países que não fazem parte do acordo.

Por isso, na avaliação do The Economist, “o Departamento do Tesouro dos EUA tem desenvolvido um plano astuto para suavizar as coisas, ao permitir que as empresas europeias continuem o oferecer os seus serviços, desde que o petróleo em causa seja comprado a um preço reduzido estabelecido pelo Ocidente”.

Como a China (1,41 bilhão de habitantes), a Índia (1,39 bilhão) e a Indonésia (276,4 milhões) não vão se somar à política de sanções e embargos implementada pelos EUA, o jornal britânico acredita que o “verdadeiro equilíbrio de poder” no mercado de petróleo se tornará mais claro depois desta segunda-feira (5), com a possibilidade de um “aumento violento de preços”.

Na maior desfaçatez, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, declarou que a imposição do limite tem o propósito de beneficiar particularmente os países de baixa e média renda que sofreram o peso dos altos preços de energia e alimentos. Posteriormente, acrescentou que “com a economia da Rússia já se contraindo e seu orçamento cada vez mais apertado, o teto de preço reduzirá imediatamente a fonte de receita mais importante de Putin”.

A embaixada da Rússia nos EUA voltou a advertir que a medida adotada pelo G7 atenta contra a própria sobrevivência de seus países, que já se encontram em crise, enfatizando que Moscou seguirá comercializando o seu petróleo. “Medidas como essas resultarão inevitavelmente em incerteza crescente e impondo custos mais altos para os consumidores de matérias-primas. Independentemente dos flertes atuais com o instrumento perigoso e ilegítimo, estamos confiantes de que o petróleo russo continuará sendo procurado”, concluiu a embaixada.



A presença de Sérgio Rubens

VALÉRIO BEMFICA*

**Un homenaje
Para tu ausencia
Lo llenas todo
Con tu presencia.**

(Homenaje – Pablo Milanés)

Há um ano falecia Sérgio Rubens de Araújo Torres, o Serjão, como o chamávamos. A Revolução Brasileira perdia, então, um de seus mais combativos e destacados dirigentes. O Centro Popular de Cultura da UMES perdia seu idealizador, fundador e principal construtor. O Brasil – e a Humanidade, um de seus filhos mais íntegros e generosos, uma pessoa na qual as palavras patriota, comunista e revolucionário atingiam a sua mais plena dimensão. E eu perdi um amigo, um grande amigo, uma profunda amizade, daquelas que poucas pessoas conseguem ter a felicidade de desfrutar em suas vidas.

Ao completar este primeiro ano de um luto que não dá sinais de acabar, senti a necessidade de escrever algo, com o desafio de romper um bloqueio criativo que se impôs nos últimos doze meses, nos quais apenas consegui rabiscar tecnicidades. Mas por onde começar, o que destacar?

Poderia desfilar loas – nenhuma delas vá – à sua trajetória de luta revolucionária. Poderia lembrar do jovem artista em formação, que dividia acordes no violão com Ricardo Vilas e Ronaldo Bastos e a câmera filmadora com os colegas do Colégio Pedro II – conquistando dois importantes prêmios cinematográficos –, e que foi chamado a combater o arbítrio da Ditadura de 1964. Foi preciso, e a mão que tocava o violão, fez a guerra, parafraseando os irmãos Valle. Entrou para a clandestinidade e se tornou guerrilheiro destemido – e temido. E falar sobre como se destacou pela coragem, firmeza, desprendimento e – sem nenhum paradoxo – serenidade. Mas, com certeza, outros têm mais a falar sobre isso do que eu.

Ou, então, poderia des-

taçar seu importantíssimo papel como organizador do campo democrático, tanto na superação da Ditadura, quanto na reconstrução democrática e nos tempos difíceis que vivemos desde a eleição do Coiso, em 2018. Salientar suas extraordinárias contribuições e capacidade agregadora na construção do MR8, na reconstrução das entidades populares, na fundação e organização do Jornal Hora do Povo, na condução do Partido Pátria Livre (PPL) desde o seu nascimento até a fusão com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Mas, também aqui, outros companheiros talvez possam falar mais e melhor.

Além disso, faltariam linhas. Seria preciso um livro, talvez mais de um, para dar conta destes dois aspectos de sua vida, para falar de um homem que Brecht certamente não titubearia em classificar entre os imprescindíveis. Resta-me, então, tentar relembrar, tão brevemente quanto eu conseguir, os 28 anos de convivência intensa e profícua que tivemos no processo de construção do CPC. Corro, logicamente, o risco de cair na pieguice, pelo que peço, antecipadamente, desculpas.

Não lembro exatamente quando conheci o Sérgio pessoalmente – já o conhecia como lenda desde o começo da militância, nos primeiros anos da década de 1980. Mas os contatos pessoais devem ter iniciado em meados da década, no processo de organização da Juventude Revolucionária 8 de Outubro. Por volta de 1990, em uma intensa campanha pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, fui destacado para auxiliá-lo na produção – diária! – do jornal da campanha. Na antiga sede do Jornal Hora do Povo, próximo à CineLândia, no Rio de Janeiro, fiquei abismado com a sua capacidade de trabalho. “O cara não dorme!”, pensei.

A qualquer hora, do dia ou da noite, ele estava lá, em intermináveis conversas telefônicas com Cláudio Campos, em discussões com os companheiros da chapa, escrevendo. Nenhum sinal de fadiga. Quando muito, descia do prédio, comprava um prestobarba, se barbeava e voltava ao trabalho. Entrada a madrugada, me entregava o disquete com as matérias, o boneco do jornal e me despachava, primeiro para um birô gráfico, depois para o Jornal dos Sports. E com instruções precisas sobre com quem falar e sobre os horários: o jornal precisava chegar às equipes antes das 5 da manhã! Talvez, então, descansasse um pouco. Mas quando eu voltava no outro dia, ele já ia longe no cumprimento de suas tarefas. A vida de revolucionário exige muita dedicação, aprendi...

Anos depois, em 1994, fui transferido para São Paulo. Sérgio, recuperando-se do primeiro de seus infartos, estava dando início à construção do trabalho do CPC da UMES, que já tinha editado alguns livretos, filmado “Caras-Pintadas” e “Pega Ladrão” e realizado alguns cursos. Mais uma vez o estudante de jornalismo – já quase jubilado – foi destacado para uma tarefa junto ao Serjão: fazer a divulgação e a assessoria de imprensa da peça “Querem Bater minha Carteira”, que estrearia em setembro daquele ano. Reencontro, então, o incansável trabalhador com quem havia trabalhado anos antes: atento à confecção dos materiais, dos relises, a cada conversa com a imprensa, aos atores, à equipe, aos ensaios, à estrutura do Teatro da UMES, à mobilização do público, enfim, a cada detalhe da montagem.

A partir daí nosso contato foi intenso e quase diário até o seu falecimento. Anos de reuniões todos os domingos, à tarde. Era quando fazíamos os materiais dos tantos projetos que o CPC desenvolveu: Cantarena, Serenata, Campeonatos de Repente. Mas era também a hora de fazer planos, imaginar filmes, discos, livros, novos projetos. E – talvez o que mais me agradasse – hora de um papo solto, sobre partido, política, filosofia, história, vida. Era a hora em que ele, não raro,

contava, com assombrosa humildade, sobre suas peripécias na clandestinidade e sobre os personagens que o acompanharam na luta. Não é difícil, para quem conheceu o Serjão, imaginar o quanto me arrependo de não ter gravado muitos destes encontros e, principalmente, de não ter conseguido aprender ainda mais de tão generoso professor.

O trabalho do CPC foi crescendo e o Sérgio passou a chamar mais gente para os encontros de domingo. Cada vez que alguém queria propor algo novo para o CPC, era chamado para uma “domingueira” de conversa (quem não o conhecia estranhava o horário). Nos anos 2000 a produção do CPC cresceu de tal forma

Como prescindir, em nossa luta diária, de suas análises certas, de seu conhecimento profundo da história e da condição humana, de sua energia, que parecia infundável? Certamente não com os argumentos da autoajuda barata: “ninguém é insubstituível”, frase cunhada pela “psicologia fordista”, que transforma o ser humano em engrenagem. Somos todos, de certa forma, insubstituíveis. E o Serjão, com certeza, não tem substitutos à altura. Resta-nos – a todos nós, seus companheiros de luta – juntar forças, lembrar seus ensinamentos, seus compromissos e continuar pela trilha que ele apontou. Manter em pé o que ele construiu. Fazer acontecer o que ele – e nós! – sonhamos

que conversas tête-à-tête já não davam conta de todas as demandas. Como bom organizador, Sérgio formou a Base Especial de Cultura do MR8, que teria sequência no PPL, assistida direta e diligentemente por ele. Em 2005 perdemos Cláudio Campos, grande parceiro do Sérgio na formação do MR8, o que acarretou ainda mais tarefas ao camarada. Mas nem de longe isso significou um afastamento ou desatenção com o trabalho

do CPC. Parece que as vicissitudes aumentavam sua capacidade de trabalho. Se hoje o CPC da UMES é uma referência de qualidade na área da cultura isso se deve – além da parceria com tantos artistas talentosos – aos incansáveis esforços de Sérgio em fazer com que cada um de nós desse o seu melhor.

É claro que sinto um imenso orgulho de ter sido companheiro de jornada do Sérgio na construção do CPC. Mas é maior ainda a falta que ele faz! Confesso que não foram poucas as vezes, neste último ano, em que, lendo algo interessante ou assistindo alguma coisa boa, pensei: “Tenho que contar isso para o Serjão!”. E, triste, lembrar que não, não vou mais contar. E que também não vou mais oferecer uma carona e ficar, por uma ou duas horas, conversando, dentro do carro, em frente à sua casa. Às vezes parece que o telefone vai tocar – tarde da noite ou em um feriado –, e que teremos mais uma daquelas conversas que chegavam a quatro horas! Mas não toca mais... Chego a sentir uma certa raiva pelas perguntas que não fiz, pelas coisas que não consegui aprender, pelos bons momentos que hoje vão se esmaecendo na memória.

Sou absolutamente incompetente para dissertar sobre o luto ou suas fases. Sei, pelo que dizem, que ele acaba com a aceitação. Dilui-se a dor, ficam as boas lembranças. A teoria é fácil. Mas como fazer no caso de perda tão grande, que inclui, além da dor pessoal – a perda de um amigo ímpar – também a falta de um companheiro tão lúcido e valoroso? Como prescindir, em nossa luta diária, de suas análises certas, de seu conhecimento profundo da história e da condição humana, de sua energia, que parecia infundável? Certamente não com os argumentos da autoajuda barata: “ninguém é insubstituível”, frase cunhada pela “psicologia fordista”, que transforma o ser humano em engrenagem. Somos todos, de certa forma, insubstituíveis. E o Serjão, com certeza, não tem substitutos à altura. Resta-nos – a todos nós, seus com-



No alto, Sérgio Rubens discursa no Congresso de unificação do PCdoB e PPL

panheiros de luta – juntar forças, lembrar seus ensinamentos, seus compromissos e continuar pela trilha que ele apontou. Manter em pé o que ele construiu. Fazer acontecer o que ele – e nós! – sonhamos. Já vencemos o coisa-ruim. A Frente Ampla, pela qual ele tanto trabalhou, configurou-se no segundo turno das eleições. Não foi pouco o esforço para conseguir isso sem o Sérgio! Mantivemos o CPC funcionando e, semana que vem daremos início a mais uma Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, com uma programação ainda elaborada por ele. Mas tem muito mais trabalho duro pela frente. Cumpriremos, em homenagem à sua ausência – preenchida por sua indelével presença!

Acabo por aqui – em pouco mais de quatro laudas, como ele pedia nos textos que me encomendava. Escrevi como desabafo, na tentativa de desfazer o nó que não me sai da garganta há um ano. Sei que o meu sentimento é também compartilhado por todos os camaradas que com ele conviviam, no Partido, na Juventude, no CPC, na UMES, no HP. E sei, também, que para seus amados familiares – Júlia, Bernardo, Janaína, Bento, Athena e Icaro – a falta que ele faz é ainda maior. Em um texto com tantas citações e paráfrases, encerro com mais uma, de outro Sérgio, o Bittencourt: na reunião está faltando ele, e a saudade dele está doendo em nós...

Viva Sérgio Rubens!

*Presidente do CPC-UMES - Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo